

Rita Alexandra Teixeira Monteiro



Perceções dos Jovens Trans e dos seus Pais sobre as vivências em Contextos Escolar e Social.

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde

Porto, 2023

Rita Alexandra Teixeira Monteiro



Perceções dos Jovens Trans e dos seus Pais sobre as vivências em Contextos Escolar e Social.

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde

Porto, 2023

Rita Alexandra Teixeira Monteiro

Assinatura: _____

Rita Alexandra Teixeira Monteiro

PERCEÇÕES DOS JOVENS TRANS E DOS SEUS PAIS SOBRE AS VIVÊNCIAS
EM CONTEXTOS ESCOLAR E SOCIAL

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde, sob orientação da Professora Doutora Ana Costa

Resumo

Diversos estudos, ao longo dos anos, têm vindo a demonstrar que a população trans é uma das mais atingidas pelo preconceito, *bullying* e discriminação em diversos contextos. São inúmeros os estudos existentes sobre os jovens trans em contextos educacional e social, no entanto, a nível nacional o número de estudos diminui sendo a literatura acerca da temática bastante escassa.

A presente dissertação visa descrever as experiências e vivências ocorridas em contextos escolar e social vividas por jovens trans, bem como a perceção por parte dos pais destes jovens. Assim sendo, foram efetuadas dez entrevistas estruturadas, seis delas a dois jovens trans do género feminino, quatro a jovens trans do género masculino e quatro a pais desses mesmos jovens. Neste grupo, uma entrevista foi efetuada a um pai e as restantes às mães desses mesmos jovens.

O tratamento dos dados foi realizado através da Análise de Conteúdo de Bardin e a discussão dos resultados foi realizado com base no estado da arte pesquisado sobre o fenómeno. Os resultados demonstram que são várias as situações onde é relatada discriminação, preconceito ou *bullying* por parte dos participantes, com base na sua identidade de género, em diferentes contextos. É demonstrado também que o processo de *coming out* é vivenciado quer pelos pais quer pelos jovens juntamente a níveis elevados de stress, ansiedade, medo e sentimentos de perda. Os pais participantes no presente estudo, na sua maioria, demonstram não terem conhecimento de situações onde os filhos são vítimas de qualquer tipo de discriminação ou preconceito.

Impedimento de acesso direto à população, amostra reduzida de participantes e escassez de literatura sobre a temática foram algumas limitações que acompanharam o presente estudo. Espera-se em investigações futuras poder ser desenvolvido um programa de intervenção a realizar nas escolas com o objetivo de esclarecimento da temática da transexualidade no referido contexto. Espera-se também que futuramente possa ser possível realizar uma investigação sobre a temática com um maior número de participantes e de forma mais aprofundada.

Palavras-chave: jovens trans; contexto escolar; família; bullying; bullying transfóbico; preconceito; discriminação; identidade de género.

Abstract

The trans population is among those who are most impacted by prejudice, bullying, and discrimination in various circumstances, according to several studies conducted over the years. Studies on trans young people are widely available in educational and social contexts, but the amount of research on the subject is fairly limited at the national level.

The current master's thesis seeks to depict the educational and social experiences of young transgender persons as well as the parents' perceptions of these experiences. For this same reason, the qualitative technique was chosen as a means of hearing about the experiences firsthand. by the participants and using this to determine whether they have already experienced bias or discrimination in the circumstances mentioned, as well as the effects of those encounters. Ten structured interviews were therefore conducted, six of them with two transgender juveniles who were female, four with transgender youth who were male, and four with the parents of these same youngsters. One interview with a father and the remaining ones with the moms of these same young people were conducted with this group.

Bardin's Content Analysis was used to treat the data, and discussions of the findings were based on the most recent studies on the subject. The findings demonstrate that participants have reported several instances of discrimination, prejudice, or bullying based on their gender identification in various contexts. It has also been shown that the coming out process causes both parents and children to feel a great deal of stress, anxiety, dread, feelings of lost. The majority of the parents who took part in this study show that they are unaware of any instances in which their kids are the targets of bias or discrimination of any kind.

The present study has some limitations due to the difficulty in gaining direct access to the people, the small sample size, and the paucity of relevant literature. Future-focused efforts are being made to create an intervention program in schools with the goal of elucidating the transsexuality issue there. Additionally, it is envisaged that in the future it would be feasible to carry out study on the subject with a larger sample size and in greater detail.

Key words: Bullying; Transfobic Bullying; Prejudice; Discrimination; Society; School Context: Families; Trans Youth; Gender Identity.

Dedicatória

“O segredo, querida Alice,
é rodeares-te de pessoas que te façam sorrir o coração.
E então, só então, é que estarás no país das maravilhas.”

Alice no país das maravilhas.

Agradecimentos

Foram cinco anos repletos de aprendizagem, de pessoas que marcam, de alegrias, de conhecimentos, de partilhas e sobretudo de coisas bonitas.

À Professora Doutora Ana Costa, o meu muito obrigado, por ter sido incansável em todos os momentos, pela orientação e por toda a partilha de conhecimentos. Pelos conselhos sábios e pelas palavras acertadas no momento certo.

Ao Professor Doutor Luís Santos pela sua ajuda, pelos conselhos e pela disponibilidade, no decorrer deste trabalho.

À minha família por serem o meu porto seguro por me apoiarem sempre em todos os momentos da minha vida e por confiarem, de olhos fechados, em todas as minhas escolhas e decisões.

À minha mãe por ser a minha companheira de vida, a minha melhor amiga, o meu suporte, a minha força e sem ela todo este percurso não teria sido possível.

Aos meus amigos, por serem os melhores do mundo e por estarem lá sempre, incondicionalmente.

Ao Nuno, que sem ele nada disto seria possível.

Ao Tiago, por ser o meu companheiro nesta fase, por todas as horas de interajuda e por todo o apoio.

Ao David, por todo o amor, por todo o apoio, por todo o cuidado, por ser luz e palavras sábias

Índice

Introdução geral.....	1
Capítulo 1: Transexualidade	5
Introdução.....	6
1.1. Contextualização histórica e definição de conceitos.....	7
1.1.1. Sexo.....	7
1.1.2. Género.....	8
1.1.3. Identidade e expressão de Género.....	9
1.1.4. Orientação Sexual	9
1.1.5. O termo Trans utilizado neste estudo.....	10
1.2. Ser trans	10
1.3. A Transexualidade e os diagnósticos clínicos	13
1.4. Acompanhamento Psicológico à comunidade LGBT.....	14
1.5. A lei Portuguesa e a comunidade Trans.....	18
1.5.1. Discriminação e incitamento ao ódio e à violência.....	22
1.6. Ser trans em contexto escolar	23
1.6.1. Estudo: “Translating Research into Practice: Trans Youth Recommendations for Improving School Systems.”	24
1.6.2 <i>Bullying</i> : a problemática vivida a nível mundial	27
1.6.3 <i>Bullying</i> Transfóbico: a escola como espaço de hostilidade e insegurança.....	29
1.6.4 Programa de inclusão nas escolas de Portugal	32
1.7. A família e os/as jovens trans – <i>coming out</i>	34
1.8. Os espaços sociais e o acesso dos jovens trans.....	36
1.9. A Teoria do Stress Minoritário	37
Síntese.....	39
Capítulo 2: Estudo empírico	41
Introdução.....	42
2.1. Objetivos.....	42
2.2. Método.....	43
2.2.1. Participantes.....	44
2.2.2. Materiais	45
2.2.3. Procedimento de recolha de dados	46

3. Apresentação de resultados.....	48
3.1. Resultados.....	50
3.1.1. Resultados das entrevistas dos jovens trans.....	50
3.1.1.1. Categoria 1- Ser trans	50
3.1.1.2. Categoria 2- O/A jovem trans e a família.....	55
3.1.1.3. Categoria 3- A sociedade e os/as jovens trans.....	58
3.1.1.4. Categoria 4- Ser um/uma aluno/a trans	60
3.1.1.5. Discussão de resultados	66
3.1.2. Resultados das entrevistas dos pais participantes	76
3.1.2.1. Categoria 1- Ser pai/mãe de um/uma jovem trans.....	76
3.1.2.2. Categoria 2- Ser trans na sociedade e na escola	80
3.1.2.3. Discussão de resultados	82
Síntese.....	87
Considerações finais	88
Referências Bibliográficas.....	93
Anexos.....	105
Anexo 1- Declaração de consentimento informado- menores de idade.....	106
Anexo 2- Declaração de assentimento informado	107
Anexo 3- Declaração de consentimento informado- maiores de idade.....	108
Anexo 4- Guião das entrevistas estruturadas- Jovens.....	109
Anexo 5- Guião das entrevistas estruturadas- Pais	111
Anexo 6- Matrizes conceptuais.....	113
Anexo 7- Parecer da Comissão de Ética	127

Lista de siglas e abreviaturas

CID- Classificação Internacional de Doenças

Cis- Cisgênero

DSM- Manual de Diagnóstico e Estatística da Associação Americana de Psiquiatria

LGBT- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans

LGBTI- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Intersexo.

Trans- O termo trans, utilizado no presente estudo refere-se a alguém cujo sexo e gênero não estão em concordância, sendo que engloba aqueles que têm intenção de realizar a mudança de sexo e aqueles que não têm essa intenção (Sausa, 2005).

Índice de tabelas

Tabela 1- Síntese das diretrizes englobadas pela temática “Conhecimento fundamental e consciência”	15
Tabela 2- Síntese das diretrizes englobadas pela temática “Impacto do estigma, discriminação e do stress ligado às minorias sexuais”	16
Tabela 3- Síntese das diretrizes englobadas pela temática “Relacionamentos e família”	17
Tabela 4- Síntese das diretrizes englobadas pela temática “Educação e questões vocacionais”	17
Tabela 5- Síntese das diretrizes englobadas pela temática “Educação profissional, treino e pesquisa”	18
Tabela 6- Caraterísticas da investigação qualitativa	44
Tabela 7- Caraterização sociodemográfica dos participantes	45
Tabela 8- Categorias e subcategorias da análise de dados- Grupo dos jovens.....	49
Tabela 9- Categorias e subcategorias da análise de dados- Grupo dos pais	50

Introdução Geral

Ser um/a jovem trans numa sociedade predominantemente cisnormativa está fora dos padrões do normal e aceitáveis decretados pela sociedade (Brito, 2018) e por esse mesmo motivo estes jovens lutam e enfrentam desafios diariamente pela crença existente de que a sua expressão de género é errada ou inapropriada. A adolescência por si só representa na vida de qualquer jovem um período de grande descoberta a diversos níveis e principalmente a nível sexual. Para os jovens trans este período é particularmente difícil e stressante uma vez que é aqui que começa a haver uma maior consciencialização de que se passa algo mesmo que, por vezes, não saibam exatamente o quê (Platero, 2014).

Fisicamente estes jovens, nesta fase da sua vida, podem começar a sentir vergonha e/ou repulsa do seu corpo, mais concretamente dos seus caracteres sexuais podendo, assim, optar pelo uso de determinadas roupas que permitam encobrir os mesmos. Devido a este desconforto sentido pelos jovens em relação ao seu corpo pode ocorrer em alguns casos, a automutilação dos órgãos genitais (Carvalho, 2021). Emocional e psicologicamente é na adolescência que os jovens trans interiorizam uma imagem de si, próprios bastante negativa, o que traz consequências como depressão, tristeza, frustração, mau comportamento e/ou transtornos alimentares (Platero, 2014).

Ao longo da história as experiências dos jovens trans ligadas à educação, foram examinadas e estudadas sob a alçada da comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans) (McBride, 2021), acabando por se assumir que, apesar desta comunidade ser vítima de preconceito e de este trazer consequências a vários níveis a esses jovens, toda a comunidade vivia os anos de ensino da mesma forma. Com o passar dos anos, estudos mais recentes focam-se, especificamente, nas experiências dos jovens trans vividas em contexto escolar. Estes estudos mostram que a transfobia é uma problemática presente nas escolas e vividas diariamente por estes jovens (Airton, Meyer & Tilland-Stafford, 2016).

nas escolas e vivida diariamente por estes jovens (Airton, Meyer & Tilland-Stafford, 2016).

Apesar do aumento dos estudos relativos às identidades trans, já em 2001 os jovens trans são considerados a população adolescente mais vulnerável sofrendo, muitas vezes, diversos tipos de preconceito, assédio e violência quer por parte do grupo de pares quer por parte de adultos (Human Rights Watch, 2001).

Dados lançados pela UNESCO, no ano de 2019, mostram que a percentagem de alunos pertencentes à comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans) que sofrem qualquer tipo de *bullying* é bastante significativa em comparação a outros grupos de alunos (UNESCO, 2019).

Quer no *bullying* transfóbico como no *bullying* homofóbico os jovens são vítimas de violência e desvalorização uma vez que estes não correspondem àquele que é o ideal normativo assumido pela sociedade cisnormativa onde vivemos (Podestá, 2019). A transfobia é definida como sendo uma aversão contra pessoas trans e onde existem atos de agressão, discriminação ou assédio (Fernandes & Ribeiro, 2018).

São diversas as consequências trazidas por estes atos de violência aos jovens trans que vivem diariamente neste contexto. Num estudo realizado por Alvarenga e Rodrigues (2015), em que os participantes eram sujeitos transexuais, verificou-se que 33,9% dos participantes desistiram os estudos e apenas 25,8% concluíram o ensino médio. No que diz respeito ao ensino superior, apenas 8,1% dos participantes conseguiram concluir esse mesmo nível de ensino. Algumas das causas apontadas pelos autores, referentes à dificuldade sentida por parte das pessoas transexuais em manter-se na escola, estão direcionadas para a resistência por parte de algumas pessoas a usarem o seu nome social, conflitos devido à utilização das casas de banho bem como a dificuldade em estabelecer relações sociais (Alvarenga & Rodrigues, 2015).

Já Bicalho, Macedo e Natal-Neto (2016) apontam a idealização de práticas relacionadas com o género que são implementadas no dia-a-dia dos estabelecimentos de ensino quer por parte de pessoal docente como do não docente, através de discursos relacionados, por exemplo, com formas de vestir “corretamente”, ou seja, de acordo com o seu sexo atribuído à nascença.

A nível familiar, para estes jovens, os pais representam na maioria das vezes, as primeiras pessoas a quem contam sobre a sua identidade de género e, desse momento em diante, tendo em conta a reação dos pais, pode ditar o futuro do/a jovem uma vez que podem recusar-se a comprar roupas tendo em conta a identidade de género do/a seu/sua filho/a, castigar o/a jovem pelo uso de determinadas roupas ou até mesmo negar o acompanhamento médico ou uso de determinada medicação por parte dos/as filhos/as como por exemplo medicação hormonal (Olson-Kennedy et al., 2017).

Pais de jovens trans, podem sentir níveis elevados de stress e angústia quando têm conhecimento identidade de género não normativa do/da seu/sua filho/a (Abreu et al., 2019), podendo surgir sentimentos como tristeza, vergonha, culpa ou até mesmo raiva.

Jovens trans que experienciam aceitação no seu seio familiar relatam menores níveis de depressão, uso de substâncias, ideação e tentativa de suicídio bem como uma maior autoestima, apoio e saúde no geral (Olson et al., 2016; Ryan et al., 2010; Simons et al., 2013). Pelo contrário, jovens que vivem rejeição a nível familiar experienciam consequências graves a nível de saúde mental, como é o caso do suicídio (Grossman et al., 2019; McConnell et al., 2016).

Assim, temos como pergunta de partida: Como são experienciadas pelos participantes (jovens) as suas vivências enquanto pessoas trans em contextos escolar e social? E como vivenciam os pais destes jovens essas experiências?

No presente estudo pretendemos descrever a perceção das experiências e vivências ocorridas em contextos escolar e social por jovens trans, bem como a dos pais destes/as jovens.

A presente dissertação é composta por dois capítulos. No primeiro capítulo contextualizaremos historicamente a temática deste trabalho, a transexualidade e aqui serão também definidos alguns conceitos importantes, como: sexo, género, identidade e expressão de género, orientação sexual e por fim o termo trans utilizado no presente estudo. Posto isto, irá ser abordada a temática do “ser trans” na primeira pessoa e algumas experiências. Posteriormente serão abordados os diagnósticos clínicos que foram surgindo ao longo da história, tendo como base a transexualidade. Posto isto segue-se a abordagem à legislação portuguesa que de uma forma mais ou menos direta vai de encontro à comunidade trans. Em seguida, será abordado um estudo realizado por Sausa (2005) com jovens trans, abordando o contexto educacional e seguindo a temática do contexto escolar segue-se a temática do *bullying* e seguidamente do *bullying* transfóbico. Abordado o contexto educacional, segue-se o contexto familiar e o contexto social.

A segunda parte desta dissertação diz respeito ao estudo empírico e procedemos à descrição da metodologia utilizada no estudo realizado, à caracterização dos participantes, descrição do material utilizado e respetivos procedimentos. Segue-se a apresentação dos resultados recolhidos através da administração de entrevistas estruturadas aos participantes e a respetiva discussão dos mesmos.

Por fim, terão lugar as considerações finais, onde iremos inscrever os principais resultados, qual a aplicação prática dos mesmos, limitações deste estudo e pistas para novos estudos.

Capítulo 1: A transexualidade

Introdução

No presente capítulo realizamos a revisão da literatura sobre a transexualidade iniciando com a história da transexualidade, definimos alguns conceitos necessários e imprescindíveis para uma melhor compreensão do tema. Percorremos, ainda que de uma forma breve, o caminho pelo que foram e o que são os diagnósticos clínicos associados à comunidade trans, onde observamos um avanço enorme no decorrer dos anos. Assim e com todos os critérios e diagnósticos clarificados, seguem-se as diretrizes existentes e lançadas pela APA (2021) e pela OPP (2015), no que diz respeito ao acompanhamento da Psicologia à comunidade trans.

Seguidamente a abordagem passa pela análise da legislação existente em Portugal, que de uma forma mais direta ou não, vai de encontro à comunidade trans e às suas vivências. No presente capítulo terá lugar também a análise de um estudo que considerámos importante abordar, por ser muito esclarecedor quanto a esta temática.

Abordamos também os jovens trans em contexto escolar, o *bullying* e do bullying transfóbico pois, diversas vezes, forma parte significativa das experiências vividas por estes jovens. Posto isto, segue-se uma análise a um programa de educação LGBTI, que está há vários anos a ser dinamizado em escolas do norte a sul do país.

Abordado o contexto educacional é a hora da abordagem passar pelo contexto familiar, que representa diversas vezes o fator de proteção dos jovens trans. Após o contexto familiar surge então a exploração às vivências dos jovens trans no contexto geral da sociedade.

A teoria do stress minoritário vem também clarificar estas experiências, nos diversos contextos, e por esse motivo, representa o ponto seguinte no presente capítulo.

1.1. Contextualização histórica e definição de conceitos

A temática da Transexualidade tem vindo a ser estudada e abordada ao longo das últimas décadas, no entanto foi a partir do ano de 2010 que o aumento do volume de estudos acerca da mesma foi notório (McBride, 2021). No entanto, quando se trata da definição do conceito de Transexualidade, não existe uma conceção universal.

O termo Transexualidade foi introduzido por Harry Benjamin, médico, no ano de 1953 e definia a transexualidade como “a plena convicção por parte de um indivíduo de determinado sexo de pertencer ao sexo oposto, e o comportamento visando realizar essa convicção” (Benjamin, 1999, p11). Apesar da primeira introdução do conceito ter sido constatada em 1953, o desejo de mudança de sexo é narrado muito antes desse momento, por exemplo, na mitologia grega e latina através de personagens míticas como Cibele, Ártes e Hermafrodito (Marcos & Moreira, 2019).

Atualmente o termo transexual é utilizado, maioritariamente, como referência ao indivíduo que se identifica com o género oposto ao seu sexo biológico e que detém a vontade e intenção de realizar qualquer procedimento inserido no processo de mudança de sexo (Platero, 2014).

A temática da transexualidade não pode ser abordada ou estudada isoladamente sem que se enquadrem e clarifiquem determinados conceitos, assim sendo procederemos, nesta fase, a uma breve definição de alguns termos diretamente relacionados com este tema.

1.1.1. Sexo

Butler (2017), define sexo como algo que é definido pelo órgão genital. O sexo é definido à nascença através da identificação do órgão genital, assim os seres humanos são

categorizados, nesse momento, como homens se o seu órgão genital for masculino e como mulheres, se o seu órgão genital for feminino.

A associação Rede ex aequo define sexo biológico como sendo um sistema de classificação tendo como ponto de partida características genéticas e fenotípicas podendo assim agrupar-se categoricamente o sexo feminino e o masculino. Além destas características existem outras que podem interferir no agrupamento dos dois sexos, como é o caso dos cromossomas, órgãos genitais externos, gónadas, hormonas, entre outros (Rede ex aequo, sd).

Já Jesus (2012) define sexo como sendo uma classificação biológica dividindo assim os seres humanos como machos ou fêmeas, tendo como base os cromossomas, características genitais e reprodutivas e níveis hormonais.

O sexo atribuído à nascença, também designado por sexo legal binário vem acompanhado, por norma, de um género que, quase sempre, dita como a criança se insere na sociedade, qual o seu papel e como será educada. No entanto, esta categorização de género pode não ser estanque (Rede ex aequo, sd).

1.1.2. Género

O conceito de género é definido como algo que é construído socialmente e daqui advém o que se denomina como papel de género que é algo que é construído social e culturalmente e que dita, diversas vezes, como é que um homem ou uma mulher se deve parecer, como por exemplo, através das roupas ou acessórios que utiliza, através de cortes de cabelo, através do uso de maquilhagem ou outros produtos de beleza, ou até mesmo como se deve comportar em alguns momentos, situações ou fases da sua vida (Jesus, 2012).

O género é também definido pela história e a cultura de determinada sociedade, normalmente assenta numa base binária, ou seja, dois grupos distintos de comportamentos, características, padrões que são exclusivos de cada grupo, homens e mulheres (Rede ex aequo, sd).

Deste mesmo conceito advém outros como Identidade e Expressão de Género.

1.1.3. Identidade e expressão de Género

A identidade está relacionada com cada ser humano individualmente e refere-se à identificação, por parte do sujeito, com um determinado género. Esta identidade de género pode estar em conformidade com o sexo atribuído à nascença ou pode ser distinta daquele que é o sexo biológico do indivíduo (Jesus, 2012). Quando isto ocorre, o indivíduo pode optar, ou não, por realizar mudanças relativas à aparência e/ou função corporal através de atos médicos ou cirúrgicos ou adotar outras expressões de género como a nível de posturas, maneirismos, entre outras (ONU, 2016). Assim remete-nos para o conceito de Expressão de Género que está relacionado, então à forma como o indivíduo se apresenta, no exterior, ou seja, a sua forma de vestir, de se arranjar, de se apresentar, os seus maneirismos, entre outras questões, que podem ou não estar de acordo com aquilo que é socialmente esperado consoante a sua identidade de género (Rede ex aequo, sd).

1.1.4. Orientação sexual

O termo Orientação Sexual refere-se à capacidade de uma pessoa sentir uma atração a nível afetivo, emocional e/ou sexual por uma pessoa do mesmo sexo e/ou de um sexo diferente do seu (Rede ex aequo, sd). Tendo em conta a sua orientação sexual uma pessoa pode ser homossexual, se a sua atração for por pessoas do mesmo género que o seu; heterossexual se a sua atração recai sobre pessoas do género oposto ao seu; bissexual

se se sente atraído/a por pessoas de dois ou mais gêneros; pansexual se sente atração por pessoas de todos os gêneros ou por pessoas independentemente do seu gênero (dentro deste conceito é tido em conta a existência de gêneros além do binário) ou assexual, quando não sente atração por nenhum gênero (Rede Ex Aequo, sd).

O conceito de orientação sexual é, muitas vezes, utilizado de forma errada no que toca à temática da transexualidade, uma vez que o termo transexual ou trans está relacionado com a identidade de gênero e não com a orientação sexual. Assim, uma pessoa transexual ou trans pode identificar-se como sendo heterossexual, bissexual, homossexual, pansexual ou assexual (AMPLOS, 2021).

1.1.5 O termo “Trans” utilizado no presente estudo.

Como referido anteriormente e apesar de não existir um consenso universal no que toca à definição estanque do termo Transexualidade, este tem vindo a ser utilizado na literatura existente, maioritariamente, como referência a alguém que já se encontra em processo de mudança de sexo ou que apresenta vontade de realizar qualquer procedimento referente à mudança de sexo (Platero, 2014; Sausa, 2005).

O termo trans, utilizado no presente estudo refere-se a alguém cujo sexo e gênero não estão em concordância, sendo que engloba aqueles que têm intenção de realizar a mudança de sexo e aqueles que não têm essa intenção (Sausa, 2005).

No entanto e apesar das categorizações apontadas, é de salientar que cada pessoa se inclui ou não na categorização com a qual mais se identifica.

1.2. Ser trans

As pessoas trans são todas aquelas cuja sua identidade de gênero não corresponde, ao esperado socialmente, tendo em conta o seu sexo atribuído à nascença, sendo que ser

trans nada tem a ver com a realização de procedimentos médicos que tenham ou não realizado ou que desejem ou não realizar, como por exemplo terapias hormonais ou cirúrgicas (OPP, 2015).

A tomada de consciência da sua identidade de gênero por parte dos jovens trans é um processo que se inicia com a percepção, que tende a ir aumentando, de que são diferentes. Esta diferença assenta na tomada de consciência de que a imagem que têm de si próprios, relativa ao seu gênero não coincide com aquela que outros têm sobre si (Carvalho, 2021).

Lev (2004) propôs um modelo, com base na sua prática clínica, que tem como base as fases relativas à trajetória experienciada por quem vive a incongruência entre o seu sexo biológico e a sua identidade de gênero. Este modelo assenta em seis fases e é denominado como *Transgender Emergence* (Lev, 2004):

Fase 1- Consciência: Nesta fase o sujeito consciencializa que experiencia uma disforia de gênero que poderá ameaçar aqueles que são os seus papéis e identidade social. Ainda nesta fase é possível ser vivenciado um enorme sofrimento, medo, vergonha, ansiedade e/ou isolamento.

Fase 2- Busca de informação: Nesta fase o sujeito tende a ir à procura de informação. Pode fazê-lo através do grupo de apoio de pares, através da internet ou até mesmo através de ajuda de prestadores de serviços médicos.

Fase 3- Divulgação às pessoas significativas: Na presente fase o individuo procede à divulgação da sua identidade de gênero às pessoas que lhe são mais importantes, podem ser amigos, familiares ou qualquer outro.

Fase 4- Exploração da identidade e transição: Nesta etapa é realizada uma consideração e definição daquela que é a sua identidade de gênero. É realizada também uma exploração dos papéis, roupas e formas de apresentação. Para além de tudo isto, é

nesta fase que a pessoa trans, explora opções médicas relativas à transição.

Fase 5- Exploração de uma possível transição médica: Na presente fase, a pessoa trans toma decisões face à toma de hormonas ou realização de cirurgias.

Fase 6- Integração e orgulho: Nesta última fase, o individuo interage com o meio social e relata novos objetivos e decisões para a sua vida, seja a nível da carreira ou relacionamentos.

A nível da literatura existente, não existe um consenso no momento do estabelecimento do género em crianças ou adolescentes (Carvalho, 2021), sendo que há estudos que mostram que há crianças que se apercebem da sua identidade de género muito cedo (Faria, 2017), outros estudos demonstram que apenas existe uma consciência da sua identidade de género por volta dos 10, 12 anos (Mayock, Bryan, Carr, & Kitching, 2008; Divan, Cortez, Smelyanskaya, & Keatley, 2016). Outra das faixas etárias bastante apontadas neste processo de tomada de consciência da identidade de género, é a adolescência, uma vez que é o período onde existe uma maior descoberta do seu papel e identidade no mundo e das experiências pubertárias (Platero, 2014).

Ao nível dos procedimentos médicos relativos à transição sejam eles cirúrgicos ou não, não é uma constante dentro da comunidade trans. O corpo é uma questão fundamental para as identidades trans e por esse mesmo motivo é que cada um deles/as sabe o que deseja fazer com o seu corpo AMPLOS (2021). Algumas pessoas trans não se sentem confortáveis com o seu corpo e realizam ou pretendem realizar, alterações a nível do mesmo, no entanto, existem outras pessoas trans que se sentem confortáveis com o corpo em que vivem e assim sendo, não têm vontade de realizar qualquer alteração ao mesmo e diante destas escolhas, um homem trans não é mais ou menos homem por optar ou não optar por realizar qualquer mudança a nível do seu corpo assim como uma mulher

trans não é mais ou menos mulher quer escolha realizar ou não mudanças a nível corporal (AMPLOS, 2021).

1.3. A Transexualidade e os Diagnósticos Clínicos

Foi na Classificação Internacional de Doenças (CID) lançada pela Organização Mundial de Saúde em 1978 que surge pela primeira vez um diagnóstico referente à Transexualidade. Esse diagnóstico aparecia na CID como Trans-Sexualismo e estava inserido na categoria denominada de “Desvios Sexuais” (ILGA, 2016; Soll, 2016).

Já em 1980, no Manual de Diagnóstico e Estatística da Associação Americana de Psiquiatria (DSM III) é apresentado o diagnóstico de Transexualismo, inserido na categoria dos Transtornos Psicossociais (ILGA, 2016; Soll, 2016).

Após algumas revisões presentes nos diagnósticos apontados acima e após estes gerarem alguma controvérsia uma vez que a crença de que estes diagnósticos não poderiam ter como base um traço ou seja, a expressão de género da pessoa trans, mas sim deveriam ter como foco um estado, isto é, o sofrimento clínico que pode causar a incongruência entre o sexo e o género às pessoas trans (Moleiro & Pinto, 2015).

Atualmente, na quinta versão do DSM, surge então o diagnóstico de Disforia de Género como forma de contrariar a patologização da comunidade trans vivida até então e também como forma de assegurar os cuidados de saúde necessários, tendo como base o paradigma mencionado acima onde a base do diagnóstico não é um traço, mas sim um estado (DSM V, 2013; ILGA, 2016; Moleiro & Pinto, 2015).

Na versão mais atualizada da CID, a décima primeira versão, a transexualidade sai da categoria denominada de Transtornos Mentais e integra agora a categoria das Condições Relacionadas à Saúde Sexual sendo agora classificada com Incongruência de Género (CID-11, 2022).

1.4. Acompanhamento Psicológico à comunidade LGBT

O acompanhamento psicológico à comunidade LGBT e particularmente à comunidade trans assume um papel bastante importante, uma vez que estas, enfrentam questões e riscos elevados de problemas a nível psicológico, como isolamento social, stress, ansiedade, depressão e suicídio (OPP, 2015). A OPP (Ordem dos Psicólogos Portugueses) (2015), demonstra a importância do acompanhamento psicológico à comunidade trans, ser realizada por um profissional com a competência de intervir de forma sensível e afirmativa. A formação para intervenção com a comunidade LGB, pode não ser suficiente para trabalhar com a comunidade trans, pois, é de salientar que esta comunidade vivencia um risco acrescido não só face à população geral como à população LGB, de problemas físicos e psicológicos (OPP, 2015).

A APA (*American Psychological Association*) lançou no ano de 2021 um documento onde são expostas 16 diretrizes que orientam a prática da Psicologia com pessoas pertencentes a uma minoria sexual. Estas diretrizes estão divididas em cinco temáticas. A primeira temática refere-se ao “Conhecimento fundamental e consciência” que engloba as quatro primeiras diretrizes, como podemos observar na Tabela 1:

Tabela 1

Síntese das diretrizes englobadas pela temática “Conhecimento fundamental e consciência”.

Conhecimento fundamental e consciência	<i>Guideline 1:</i> Os psicólogos percebem que as pessoas têm diversas orientações sexuais que se cruzam com outras identidades e contextos
	<i>Guideline 2:</i> Os psicólogos distinguem questões direcionadas à orientação sexual daquelas relacionadas a identidade e expressão de género ao trabalhar com pessoas pertencentes a alguma minoria sexual
	<i>Guideline 3:</i> Os psicólogos esforçam-se para afirmar identidades bi+ e examinam os seus próprios preconceitos monossexistas.
	<i>Guideline 4:</i> Os psicólogos entendem que as orientações sexuais minoritárias não são doenças mentais e que os esforços para mudar as orientações sexuais causam dano.

Nota: Adaptado de: APA (2021)

A segunda temática engloba as *guidelines* 5, 6, 7 e 8 e diz respeito ao “Impacto do estigma, discriminação e do stress ligado às minorias sexuais” (APA, 2021), como podemos observar na Tabela 2:

Tabela 2

Síntese das diretrizes englobadas pela temática “Impacto do estigma, discriminação e do stress ligado às minorias sexuais”.

Impacto do estigma, discriminação e do stress ligado às minorias sexuais	<i>Guideline 5:</i> Os Psicólogos reconhecem a influencia da discriminação que existe contra as pessoas pertencentes a minorias sexuais e reconhecem a necessidade de promover mudanças sociais
	<i>Guideline 6:</i> Os Psicólogos reconhecem a influencia que estes fatores de stress têm sobre as pessoas pertencentes a minorias sexuais e reconhecem também a necessidade de promover mudanças sociais.
	<i>Guideline 7:</i> Os psicólogos reconhecem a influência que estes fatores de stress têm sobre a saúde mental, física e psicossocial de pessoas pertencentes a uma minoria sexual.
	<i>Guideline 8:</i> Os psicólogos reconhecem aspetos positivos de ser uma pessoa de uma minoria sexual e como estas pessoas, a nível individual ou coletivo, desenvolvem resiliência contro o estigma e opressão

Nota: Adaptado de: APA (2021)

A terceira temática está relacionada com as “Relacionamentos e família” e congloba as diretrizes dos números 9 a 12 (APA, 2021) expressas na Tabela 3:

Tabela 3

Síntese das diretrizes englobadas pela temática “Relacionamentos e família”.

A temática seguinte é definida como “Educação e questões vocacionais” e abarca as *guidelines* 13 e 14 (APA, 2021), tal como descrito na Tabela 4:

Relacionamentos e família.	<i>Guideline 9:</i> Os Psicólogos esforçam-se para conhecer e respeitar diversos tipos de relacionamentos entre pessoas de minorias sexuais.
	<i>Guideline 10:</i> Os Psicólogos reconhecem a importância e complexidade da saúde sexual nas vidas das pessoas pertencentes a uma minoria sexual.
	<i>Guideline 11:</i> Os psicólogos esforçam-se para perceberem as relações com as suas famílias biológicas bem como com as suas famílias por escolha.
	<i>Guideline 12:</i> Os psicólogos esforçam-se para entenderem as experiências, desafios e pontos fortes enfrentados por pais e filhos pertencentes a uma minoria sexual.

Nota: Adaptado de: APA (2021)

Tabela 4

Síntese das diretrizes englobadas pela temática “Educação e questões vocacionais.”

Educação e questões vocacionais.	<i>Guideline 13:</i> Os Psicólogos esforçam-se para entender as experiências que impactam alunos de minorias sexuais em contexto educacional em ambiente K-12 e faculdade/universidade.
	<i>Guideline 14:</i> Os Psicólogos esforçam-se para entender o desenvolvimento de carreira e questões relacionadas com o local de trabalho vividas por pessoas de minorias sexuais.

Nota: Adaptado de: APA (2021)

A última temática está relacionada com a “Educação profissional, treino e pesquisa” e abrange as diretrizes 15 e 16 (APA, 2021) como demonstrado na Tabela 5:

Tabela 5

Síntese das diretrizes englobadas pela temática “Educação profissional, treino e pesquisa”.

Educação profissional, treino e pesquisa	<i>Guideline 15:</i> Os Psicólogos esforçam-se para se auto ensinarem e ensinarem os outros sobre questões psicológicas relevantes para pessoas de minorias sexuais e utilizar esse conhecimento para melhorar planos de treino e sistemas educacionais.
	<i>Guideline 16:</i> Os Psicólogos esforçam-se para assumirem uma postura afirmativa para pessoas pertencentes a comunidades de minorias sexuais em todos os aspetos de planeamento, condução, divulgação e aplicação de pesquisa para reduzir as disparidades ligadas à saúde e promover um maior bem estar e saúde mental.

Nota: Adaptado de: APA (2021)

1.5. A lei Portuguesa e a comunidade trans

A comunidade trans foi abrangida pela lei portuguesa pela primeira vez no ano de 2011. Previamente a essa data existia um vazio legal enorme face à existência de reconhecimento por parte da lei da identidade das pessoas trans o que originava situações de desrespeito, humilhação e recusa do acesso ao reconhecimento legal da identidade da comunidade trans (ILGA, 2016).

Toda esta situação teve uma reviravolta com a implementação da lei N°7/2011, de 15 de março, que veio trazer reconhecimento à identidade de género e permitia às pessoas trans o procedimento de mudança de sexo e respetivo nome próprio no registo civil, sendo assim apontada como a primeira lei de reconhecimento da identidade de género a nível

do contexto europeu.

No entanto e mesmo após a implementação da legislação acima descrita, continuam a haver entraves para a comunidade trans. Na lei N°7/2011 era exigido a quem tivesse intenção de usufruir da mesma que fosse apresentado um relatório com o diagnóstico de “Perturbação de Identidade de Género”. No entanto, e como já referimos, ao longo dos anos este diagnóstico foi sofrendo diversas alterações e reformulações, sendo que atualmente esse mesmo diagnóstico já não é validado nem aceite pela comunidade científica sendo que, nos dias que correm, a pessoa trans não pode ser diagnosticada tendo em conta a sua identidade de género, mas sim o sofrimento que pode advir da incongruência entre o sexo e o género. Assim a lei N°7/2011 exige à comunidade trans um diagnóstico que foi extinto dentro da comunidade científica (ILGA, 2016).

Posto isto, era elegível pela lei qualquer cidadão de nacionalidade portuguesa, maior de idade e que apresentasse um relatório que atestasse o diagnóstico de “Perturbação de Identidade de Género” como é possível observar nos seguintes artigos presentes na Lei N°7/2011:

Artigo 2.º - Legitimidade e capacidade Têm legitimidade para requerer este procedimento as pessoas de nacionalidade portuguesa, maiores de idade e que não se mostrem interditas ou inabilitadas por anomalia psíquica, a quem seja diagnosticada perturbação de identidade de género.

Artigo 3.º - Pedido e instrução

1 — O pedido pode ser apresentado em qualquer conservatória do registo civil e deve ser instruído com os seguintes documentos:

a) Requerimento de alteração de sexo com indicação do número de identificação civil e do nome próprio pelo qual o requerente pretende vir a ser identificado, podendo, desde logo, ser solicitada a realização de novo assento de nascimento;

b) Relatório que comprove o diagnóstico de perturbação de identidade de género, também designada como transexualidade, elaborado por equipa clínica multidisciplinar

de sexologia clínica em estabelecimento de saúde público ou privado, nacional ou estrangeiro.

2 — O relatório referido na alínea b) do número anterior deve ser subscrito pelo menos por um médico e um psicólogo.

No ano de 2018 surge a implementação da lei nº38/2018, de 7 de Agosto que veio trazer algumas alterações ao quadro legal anteriormente estabelecido no ano de 2011. As alterações trazidas pela legislação de 2018 acompanham a evolução da identidade de género sentidas quer a nível nacional quer a nível internacional.

Uma das alterações implementadas com a lei nº38/2018, está presente no 1º artigo e insere o direito à autodeterminação da identidade de género, expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa.

Já no 2º artigo é inserida a proibição da discriminação e são tratados dois pontos como podemos observar:

Artigo 2.º

Proibição de discriminação

1 - Todas as pessoas são livres e iguais em dignidade e direitos, sendo proibida qualquer discriminação, direta ou indireta, em função do exercício do direito à

identidade de género e expressão de género e do direito à proteção das características sexuais.

2 - As entidades privadas cumprem a presente lei e as entidades públicas garantem o seu cumprimento e promovem, no âmbito das suas competências, as condições necessárias para o exercício efetivo do direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e do direito à proteção das características sexuais de cada pessoa.

O artigo nº3 abriga o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão da mesma trazendo a eliminação da exigência de que o sexo determina a identidade do sujeito alterando-se assim o conceito e defendendo-se que a identidade de género, essa sim, é que define a identidade do sujeito e é moldada ao longo da vida do mesmo:

Artigo 3.º Autodeterminação da identidade de género e expressão de género

1 - O exercício do direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género de uma pessoa é assegurado, designadamente, mediante o livre desenvolvimento da respetiva personalidade de acordo com a sua identidade e expressão de género.

2 - Quando, para a prática de um determinado ato ou procedimento, se torne necessário indicar dados de um documento de identificação que não corresponda à identidade de género de uma pessoa, esta ou os seus representantes legais podem solicitar que essa indicação passe a ser realizada mediante a inscrição das iniciais do nome próprio que consta no documento de identificação, precedido do nome próprio adotado face à identidade de género manifestada, seguido do apelido completo e do número do documento de identificação.

Outra novidade trazida pela implementação da lei nº38/2018 é a de que os menores de idade, entre os 16 e os 18 anos, poderão a partir desse momento, através dos respetivos representantes legais, solicitar a mudança de sexo e respetivo nome no registo civil. Ainda nesta lei é atestado que após a emissão de um novo documento legal dos visados, este não deve fazer qualquer referência à identidade anterior exposta em antigos documentos.

1.5.1. Discriminação e incitamento ao ódio e à violência

Como já referido anteriormente a comunidade trans é uma das comunidades mais afetadas pela discriminação pelo *bullying* e por diversos atos de violência.

Em Portugal, ao abrigo do n.º 2 do artigo 240.º do Código Penal, a discriminação e o incitamento ao ódio e à violência, é considerado crime e é punível com uma pena de prisão que pode estender-se até aos 5 anos e 6 meses.

Como é possível observar através da análise dos respetivos artigos presentes no código penal, é considerado, na prática do crime de discriminação e incitamento ao ódio e à violência quem:

- a) Fundar ou constituir organização ou desenvolver atividades de propaganda organizada que incitem à discriminação, ao ódio ou à violência contra pessoa ou grupo de pessoas por causa da sua raça, cor, origem étnica ou nacional, ascendência, religião, sexo, orientação sexual, identidade de género ou deficiência física ou psíquica, ou que a encorajem; ou
- b) Participar na organização ou nas actividades referidas na alínea anterior ou lhes prestar assistência, incluindo o seu financiamento; é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos.

É considerado também neste mesmo crime quem, de forma pública e através de qualquer meio com fins de divulgação, recorra ao enaltecimento ou banalização de qualquer tipo de crime contra a paz, genocídio, guerra, entre outros:

- a) Provocar atos de violência contra pessoa ou grupo de pessoas por causa da sua raça, cor, origem étnica ou nacional, ascendência, religião, sexo, orientação sexual, identidade de gênero ou deficiência física ou psíquica;
- b) Difamar ou injuriar pessoa ou grupo de pessoas por causa da sua raça, cor, origem étnica ou nacional, ascendência, religião, sexo, orientação sexual, identidade de gênero ou deficiência física ou psíquica;
- c) Ameaçar pessoa ou grupo de pessoas por causa da sua raça, cor, origem étnica ou nacional, ascendência, religião, sexo, orientação sexual, identidade de gênero ou deficiência física ou psíquica; ou
- d) Incitar à violência ou ao ódio contra pessoa ou grupo de pessoas por causa da sua raça, cor, origem étnica ou nacional, ascendência, religião, sexo, orientação sexual, identidade de gênero ou deficiência física ou psíquica; é punido com pena de prisão de 6 meses a 5 anos.

1.6. Ser trans em contexto escolar

No presente ponto irão ser abordadas algumas experiências e vivências que tendem a acompanhar a vida acadêmica dos jovens trans ao longo de todo o seu percurso. Primeiramente irá ser abordado um estudo realizado por Sausa (2005), uma vez que foi considerado bastante esclarecedor sobre este ponto pois, a autora relata pela voz dos jovens trans, diversas experiências no respetivo contexto.

1.6.1. Estudo: “Translating Research into Practice: Trans Youth Recommendations for Improving School Systems.”

O número de estudos realizados sobre a Transexualidade em contexto escolar é bastante escasso principalmente no que diz respeito a nível nacional. Após uma pesquisa exaustiva quanto ao estado da arte, selecionamos este estudo devido à semelhança existente em relação à nossa investigação.

Um estudo realizado por Sausa (2005) tem como foco principal os/as jovens trans e relata diversas experiências em contexto escolar. Este estudo tem como cenário o contexto da Filadélfia e contou com a participação de 24 jovens trans com idades compreendidas entre os 14 e os 21 anos. Para a realização deste estudo foram administradas entrevistas semi-estruturadas aos participantes num período de 90 minutos (Sausa,2005).

As entrevistas semi-estruturadas deste estudo contam com questões que visam áreas como as experiências em contextos escolar, discriminação, uso de drogas, suicídio, passado e história pessoal. (Sausa, 2005).

No que diz respeito aos resultados obtidos, Sausa (2005) descreve inúmeros relatos que demonstram situações diárias de assédio, abuso físico, situações de tortura onde os jovens são seguidos, empurrados, espancados, batidos, e até mesmo situações de ameaças com recurso a utilização de armas. 96% dos participantes do estudo afirmam já terem sido insultados verbalmente na escola, 83% dos participantes relatam situações de assédio a nível físico, 75% dos mesmos declaram não se sentirem seguros na escola, e três em cada quatro dos participantes reportam o abandono escolar (Sausa, 2005).

Ao longo de todo o artigo, transcreve alguns dos relatos prestados pelos jovens participantes durante a entrevista. Em relação aos tópicos abordados acima um dos jovens

trans, que se identifica como um homem a viver um estilo de vida feminino relata:

“Eu sentia-me muito inseguro... e sendo uma dupla minoria, eu sentia-me realmente desconfortável por ter que ir para a escola, era chamado de nomes, era perseguido verbalmente, por vezes fisicamente...Eu abandonei a escola no meu segundo ano, no 10º ano.” (Sausa, 2005. p.19).

Outro dos pontos abordados prende-se aos espaços escolares divididos de acordo com o género do aluno, como é o caso das aulas de educação física, balneários e casas de banho. Os participantes relatam terem medo de frequentar estes espaços e muitas vezes tendem a evita-los, pois não têm outra opção. Vários participantes relatam evitar as aulas de educação física e os respetivos balneários. Um dos participantes narra que:

“Eu reprovei a educação física por causa disso. Todos os anos, todos os semestres eu reprovei a educação física. Eu não ia a educação física por causa do balneário, porque eu não iria para o balneário” (Sausa, 2005. p.21).

Os jovens participantes neste estudo relatam também sentirem bastantes dificuldades em eventos ou atividades que ocorriam a nível escolar. Um dos relatos dados por um dos jovens, que se identifica como homem, prende-se ao baile de finalistas onde este narra que:

“(...) Eu sentia-me como uma *drag queen*... Gostava de ter ido com um fato, e gostava de ter podido levar a pessoa que eu queria levar. E eu não pude levar e isso é um facto. Eu vivia com a minha namorada na altura do meu baile de

finalistas e nós nem discutimos isso porque ela sabia e eu sabia que isso ia causar muitos problemas em casa e na escola” (Sausa, 2005. p.21).

Outra das questões abordadas pela autora do artigo tem como foco o pessoal docente e não docente que trabalha nas escolas. Os jovens trans não só descrevem situações de discriminação por parte dos seus colegas e outros alunos da escola, mas também existem diversos relatos de situações de preconceito por parte de quem lá trabalha. Um dos jovens relata uma situação que ocorreu com uma das suas professoras que lhe disse:

“Eu sei que tu és *gay*, e só queria que soubesses que isso não é um estilo de vida para ti, não queres ter uma mulher?” (Sausa, 2005. p.22).

75% dos participantes relatam que a escola não providencia um ambiente seguro para os/as jovens trans, sendo que uma das participantes afirma que a escola é má e que os alunos que a frequentam são bastante cruéis. Esta já foi várias vezes violentada, agredida e até mesmo roubada. Outro jovem relata que o tempo em que frequentou o ensino foi o pior da sua vida e que apesar da educação e da aprendizagem ser bastante importante, sobreviver é muito mais.

Para além de todas estas experiências relatadas, os jovens participantes deixam algumas recomendações para que o ambiente escolar seja mais seguro para os jovens trans, entre estas pode-se observar a abolição de atividades que obriguem uma divisão de acordo com o género e uma maior abordagem da temática em contexto de sala de aula seja através de palestras, visualização de filmes ou, por exemplo, através da afixação de posters (Sausa, 2005).

1.6.2. *Bullying*- A problemática vivida a nível mundial

O *bullying* é uma problemática que acompanha os nossos dias com vivências experienciadas na primeira pessoa, ou através de pessoas que conhecemos, ou ainda através dos média ou das redes sociais. O termo *bullying* surge da palavra *bully* que significa agressor ou intimidador. Enquanto termo composto, representa um comportamento violento (Souza & Almeida, 2011).

No ano de 1970, na Suécia, surgiu um interesse acrescido por parte da população em geral sobre o fenómeno da violência que ocorria nas escolas, este mesmo interesse estendeu-se por todo o mundo originando assim a utilização do termo *bullying* para definir algo que acontecia há décadas e que até então não tinha definição (Bento, Humpel & Madaba, 2019).

O *bullying* é parte integrante daquilo que é definido por violência escolar. A violência escolar pode ser praticada ou vivenciada quer por alunos, quer por pessoal docente e não docente. Esta violência engloba a violência física, psicológica, sexual e o *bullying* (UNESCO, 2017). A violência física representa qualquer ato de agressão física que apresente intenção de magoar e ferir o agredido, incluindo assim o *bullying* físico. Nesta categorização de violência escolar estão também representados atos como agressão verbal e agressão emocional. A violência sexual diz respeito a situações onde ocorre intimidação sexual, contacto corporal indesejado, violação e coerção sexual (UNESCO, 2017).

O *bullying*, apesar de integrar os tipos de violência escolar, é distinguível da mesma pois tratam-se de atos repetidos, e não de comportamentos isolados, que se estendem no tempo e tendem a piorar se não forem devidamente controlados. Tratam-se de comportamentos agressivos e que contam com a intenção de ferir a vítima, a diversos níveis, como física e/ou psicologicamente (UNESCO, 2017).

Existem diversas formas de *bullying* que podem ser caracterizadas consoante a facilidade de identificação e visibilidade para terceiros. Os comportamentos verbais violentos onde estão englobados os insultos, gritar ou berrar com a vítima bem como a intimidação ou ameaça verbal. Os comportamentos físicos violentos onde estão englobados atos como agredir, empurrar, roubar, danificar objetos pessoais e agressões sexuais (APAV, 2011). Outra categorização prende-se aos comportamentos social e relacionalmente violentos onde estão descritos comportamentos como exclusão da vítima de atividades feitas em grupo e espalhar boatos ou rumores depreciativos, quer através de comunicação verbal ou escrita, tendo em conta a sua raça ou etnia, sexo ou outros aspetos (APAV, 2011). Outra forma de *bullying* caracteriza-se como *cyberbullying* e prende-se ao uso das tecnologias com a finalidade de agredir verbalmente a vítima bem como contribuir para a exclusão e isolamento da mesma (APAV, 2011).

Quanto à tentativa de definir um perfil relativo à vítima não encontramos consenso a nível de literatura consultada. No entanto, é possível apontar ao agressor, traços como a necessidade de dominar, pouca empatia em relação à vítima e um sentimento positivo que acompanha a violência exercida (Carlos, 2015; Olweus, 1997; Matos & Gonçalves, 2009). Estas pessoas normalmente detêm alguma popularidade, apesar da prática destes comportamentos agressivos, normalmente são indivíduos com baixa autoestima e com níveis elevados de insegurança (Andreou, 2000). Já as vítimas são apontadas como pessoas tímidas, introvertidas, com baixa autoestima e com poucos amigos (Gonçalves & Matos, 2009).

A prática do *bullying* traz diversas consequências, em particular, às suas vítimas. Jovens vítimas de *bullying* apresentam consequências graves originadas por essas práticas como a automutilação, a tentativa de suicídio, a ansiedade, o isolamento, o suicídio e a depressão. No entanto e apesar das vítimas serem as principais lesadas destes atos, é

notória também a presença de consequências como o mau ambiente familiar e a delinquência escolar, naqueles que são os agressores (Espelage & Swearer, 2010).

A nível nacional as estatísticas obtidas através de diversos estudos mantêm-se a par com a literatura existente à escala internacional, como observamos a seguir.

Um estudo realizado pela UNICEF, denominado “Um Rosto Familiar: A violência nas vidas de crianças e adolescentes” recorreu a dados oficiais do ano de 2015 para demonstrar que 31% a 40% dos jovens portugueses com idades compreendidas entre os 11 e os 15 anos relatam já terem sido vítimas de *bullying* em ambiente escolar pelo menos uma vez num espaço de tempo menor do que dois meses (UNICEF, 2018).

Num outro estudo, com crianças entre os 9 e os 17 anos, denominado de “EU kids online” realizado de quatro em quatro anos (2010, 2014 e 2018), pela Universidade Nova de Lisboa são abordadas diversas temáticas sendo uma delas o *bullying*. Ao longo dos anos é possível observar um aumento significativo na percentagem daqueles que afirmam já terem sido vítimas de *bullying* sendo que, no ano e 2018, 24% dos jovens afirmaram já terem sido vítimas de *bullying* quer online quer cara a cara. Esta percentagem contou com um aumento maior do que a sua metade relativamente aos anos de 2010 e 2014 (Batista & Ponte, 2019).

1.6.3. *Bullying* Transfóbico: a escola como espaço de hostilidade e insegurança

O padrão de sociedade tal como a conhecemos adota um regime cisnormativo, que corresponde a uma hierarquização baseada no sexo atribuído à nascença, feminino ou masculino e acompanhado pela crença de que essa atribuição é imutável no que concerne à identidade de género e por esse mesmo motivo, por exemplo, um homem que nasce com órgão sexual masculino tem obrigatoriamente que corresponder a uma serie de

padrões relacionados à sua postura, atitude, habilidades, etc (Brito, 2018). A cisnormatividade privilegia as pessoas cis, ou seja, aquelas onde existe uma congruência entre o sexo e a identidade de gênero, e estigmatiza as pessoas trans, identificando-as, como sendo inferiores ou ilegítimas e que vão contra as regras (Serrano, 2016; Simmonds & White, 2014).

A escola, não foge à norma do padrão cisnormativo existente na sociedade e os estudos demonstram que a existência dessa hierarquização dentro do ambiente escolar reforça, inconscientemente, o conservadorismo e o preconceito sobre a identidade de gênero criando-se assim um ambiente hostil e desfavorecedor para os jovens trans (Lugg, Mayo & Miller, 2018).

Devido a esta crença e padronização cisnormativa existente em contexto educativo, jovens trans enfrentam diariamente situações de macro agressões a nível institucional e situações de micro agressões a nível interpessoal. No que diz respeito a macro agressões a nível institucional, vivenciadas pelos/as jovens trans, estes/as apontam situações onde existe a obrigatoriedade de vestir um uniforme masculino ou feminino, ignorando a identidade de gênero dos/as mesmos/as (Palkki & Caldwell, 2018). Os balneários divididos por sexos, também são uma zona bastante problemática para os/as jovens trans. Muitas vezes estes/as jovens sentem-se mal com o seu corpo pois não existe congruência entre o mesmo e a forma como se sentem em relação ao seu gênero e por esse mesmo motivo os/as jovens sentem vergonha em expor-se e definem este espaço como horrível. Muitas vezes optam pelas casas de banho onde têm mais privacidade ao invés de utilizarem o balneário (Devís-Devís et al, 2018). Apesar do uso das casas de banho como forma alternativa aos balneários, estas também são um espaço que causa desconforto pois são espaços divididos por sexo. É apontada como opção a criação de casas de banho de gênero neutro (Woolley, 2017). Outro exemplo de macro agressão está

relacionado ao sentimento de exclusão por parte dos/as jovens trans em determinadas disciplinas como é o caso de educação física (Devís-Devís et al, 2018; Sausa, 2008) e educação sexual (Riggs & Bartholomaeus, 2018).

As micro agressões a nível interpessoal no contexto educativo, tomam parte do dia a dia vivido pelos/as jovens trans. Estas agressões podem ser direcionadas aos/às jovens quer por parte do grupo de pares quer por parte de funcionários e professores. Num estudo realizado por McGuire (2010) nos E.U.A, é possível perceber que a probabilidade de ouvir algum comentário negativo por parte dos trabalhadores que integram a comunidade escolar é maior do que a probabilidade de estes impedirem ou travarem alguém que esteja a proferir comentários negativos acerca dos/as jovens trans (31% vs 25%).

Num estudo realizado por Peter et al (2016), no contexto canadense, é realçado que 81,3% dos/as jovens trans, que participaram no estudo, relataram que ouvem diariamente, no sentido pejorativo, a frase “Isso é tão Gay”. 79% dos participantes relataram ouvir comentários, em relação aos jovens trans do género masculino, que estes não são masculinos o suficiente e 62% dos participantes relatam ouvir, em relação às jovens trans do género feminino, que estas não são femininas o suficiente (Peter et al., 2016).

Dentro das micro agressões subsiste o *bullying* transfóbico. Este é uma forma específica de *bullying* onde a violência é exercida de forma continuada e contra a pessoa trans devido à sua identidade de género, orientação sexual ou até mesmo pela sua expressão de género (Domínguez-Martínez & Robles, 2019).

Durante vários anos as experiências dos/as jovens trans ligadas ao contexto escolar foram estudadas, narradas e descritas sob a alçada da comunidade LGBT (McBride, 2021). Dados partilhados pela UNESCO (2019) demonstram que a

percentagem de alunos pertencentes à comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans) que afirmam sofrer qualquer tipo de *bullying* varia entre 16% a 85% sendo que a prevalência de violência é três a cinco vezes maior neste grupo do que em qualquer outro grupo de estudantes.

Os/as jovens trans sofrem diariamente elevados níveis de assédio devido ao seu género o que resulta em elevados níveis de abandono escolar, uso de substâncias, ideação suicida e automutilação. Este grupo de jovens é considerado a população mais vulnerável existente em contexto educacional (Leonardi & Meyer, 2018; Miller, 2016).

Apesar do avanço no aumento dos estudos relativamente às identidades trans e ao *bullying* transfóbico ainda existe um longo caminho a percorrer no que concerne aos efeitos e consequências sentidos pelos/as jovens trans que são vítimas e que têm que lidar com essa problemática diariamente (Saleiro, 2017).

1.6.4. Programa de inclusão nas escolas de Portugal

A Rede ex aequo é uma associação de jovens lgbti (lésbicas, gays, bissexual, trans, intersexo) e apoiantes com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos. Esta associação tem como principal objetivo prestar apoio aos jovens lgbti e fornecer informações de caráter social sobre diversas questões nomeadamente sobre questões relacionadas com orientação sexual, a identidade e expressão de género e também características sexuais. Esta associação conta com diversos núcleos espalhados de norte a sul do país dinamizando assim diversas atividades desde convívios, sessões de partilha de experiências, atividades direcionadas especificamente à comunidade trans, não binária e com questionamento identitário, acampamentos de verão anuais de jovens lgbti,

encontros anuais de jovens trans e a nível escolar a dinamização do Projeto Educação LGBTI (Rede ex aequo, 2020).

O Projeto Educação LGBTI foi criado no ano de 2005 e decorre até aos dias de hoje. O programa tem como principais objetivos sensibilizar e prestar esclarecimento sobre as temáticas relacionadas com a identidade e expressão de género, orientação sexual e também sobre as características sexuais, através de uma educação não formal e realizada entre o grupo de pares. Outro dos objetivos inerentes ao presente projeto prende-se ao combate da discriminação direcionada aos jovens lgbti por parte da sociedade e ao combate do *bullying* nas escolas (Rede ex aequo, 2020).

O projeto é dinamizado através de diversas sessões, realizadas entre pares, em contexto de ensino básico, secundário, superior ou outros. Utilizando diversas ferramentas como debates, ou materiais de apoio a alunos e professores o propósito é criar espaços seguros e espaços de comunicação entre a comunidade de jovens LGBTI e não LGBTI, onde os alunos possam falar sobre a sua orientação sexual, identidade e expressão de género sem sofrerem qualquer tipo de discriminação ou preconceito por parte de qualquer membro da comunidade escolar, quer sejam alunos, professores ou auxiliares. Ao nível dos/as professores/as e estagiários/as a rede ex aequo faculta informações e ferramentas para que estes realizem junto dos seus alunos uma educação inclusiva que promova o respeito ao próximo e à diferença quer a nível da orientação sexual quer quanto à identidade de género (Rede ex aequo, 2020).

No ano de 2019, a Rede ex aequo contou com a dinamização de 162 sessões do Projeto Educação LGBTI, em escolas do norte a sul do país. Nesse mesmo ano o projeto contou com a participação de jovens entre os 11 e os 21 anos (Rede ex aequo, 2020). Questionados sobre a frequência com que assistem a situações de gozo, discriminação ou violência com base em questões relacionadas com a orientação sexual, identidade ou

expressão de gênero e características sexuais, 79,2 % afirma assistir a situações em que os pares são vítimas de situações descritas. 80% dos participantes afirmam também acharem importante que se fale sobre estas questões para diminuir a ocorrência dessas situações em ambiente escolar (Rede ex aequo, 2020).

Em suma, é possível concluir que é de extrema importância a dinamização destes projetos em ambiente escolar para que este seja, cada vez mais, um espaço seguro para a comunidade LGBTI.

1.7. A família e os/as jovens trans- o *coming out*

A família representa desde cedo um meio, de todos os presentes na sociedade, que detém a maior importância e maior influência naquela que é a formação social, sentimental e mesmo física do indivíduo. Depois deste núcleo segue-se, por ordem de influência no sujeito, a escola e os respetivos meios sociais e instituições que agregam o indivíduo (Burgess, 1999; McConnell et al., 2016; Needham & Austin, 2010; Weinhardt et al., 2019).

As famílias tendem a criar expectativas e a ditar a identidade de gênero, mesmo antes do bebé nascer, aquando a determinação do seu sexo biológico e, a partir desse momento, são criadas expectativas sobre aquele que será o seu papel, comportamento e até mesmo ações socialmente definidas como femininas ou masculinas (Platero, 2014). Com todas estas expectativas surge também o traçar de todo um percurso para aquela criança que irá nascer, este projeto de vida é estabelecido consoante o corpo onde esta irá “habitar”, sendo homem ou mulher (Platero, 2014). Quando todas estas expectativas não correspondem à realidade vivida pelo jovem trans, pode desencadear nos familiares, sentimentos de fracasso, frustração ou decepção (Platero, 2014).

O processo de *coming out* (revelação para os outros) é, no caso dos jovens trans, um processo de expressão para os outros daquela que é a sua identidade de género. Este processo abrange sistemas sociais e psicológicos do indivíduo que o realiza (Brumbaugh-Johnson & Hull, 2019).

Esta experiência pode englobar diversas escolhas como por exemplo, a escolha do método ou da forma como se procede a esse *coming out* e em que contextos ou a quem é que se irá fazer essa revelação (Guittar, 2013).

Após o *coming out* no seio familiar, podem surgir várias reações e espera-se que, numa primeira fase surja um conflito de ideias e de incerteza (Menvielle & Rodnan, 2011; Raj, 2008). Os pais e as mães destas crianças ou jovens trans podem viver divergências tendo em conta o género do seu/sua filho/a: por um lado podem perceber que o seio familiar é o suporte do jovem e que este tem uma importância elevada na vontade do seu/sua filho/a, por outro lado, podem vivenciar uma enorme preocupação devido às vivências do/a seu/sua filho/a ao longo da sua vida, nomeadamente serem alvo do estigma social ou experienciarem situações de violência (Newcomb et al., 2018).

A família tem um papel fundamental como fator de proteção dos/as jovens trans, no entanto, nem sempre funciona desta forma. O relatório anual da ILGA (2019), mostra que a casa, é o segundo espaço físico, logo a seguir à rua, onde acontece uma maior discriminação. No entanto, quando existe um apoio por parte dos membros da família do/a respetivo/a jovem, este apoio assume uma posição fulcral para que este/a cresça de forma livre, equilibrada e saudável (Platero, 2014). Quando os/as jovens trans são apoiados/as pelo seu núcleo familiar e lhes é dada a oportunidade de viverem aquela que é a sua identidade de género, a relação entre os familiares e o/a jovem fica mais fortalecida e a cumplicidade também se fortalece (Platero, 2014; Moreira, 2014). Assim, os/as jovens trans que experienciam aceitação no seu seio familiar relatam menores níveis

de depressão, uso de substâncias, ideação e tentativa de suicídio bem como uma maior autoestima, apoio e saúde no geral (Olson et al., 2016; Ryan et al., 2010; Simons et al., 2013).

1.8. Os espaços sociais e o acesso dos jovens trans

Como referido anteriormente a comunidade de jovens trans é considerada a população adolescente mais vulnerável sofrendo, muitas vezes diversos tipos de preconceito, assédio e violência quer por parte do grupo de pares quer por parte de adultos (Human Rights Watch, 2001). Estas situações podem ocorrer em diversos espaços e meios como foi descrito anteriormente, em contexto escolar, em contexto familiar e os diversos espaços ou instituições não são exceção.

A associação ILGA (2018) publicou um relatório designado como “homofobia e transfobia- dados de discriminação em Portugal 2017” onde são descritas e relatadas diversas situações, denunciadas, de violência ou discriminação que ocorreram a nível nacional no ano de 2017. Estes dados foram recolhidos e analisados pelo Observatório da Discriminação em Função da Orientação Sexual e Identidade de Género que é um projeto dinamizado pela associação ILGA- Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo, que foi criada no ano de 2013.

Nos dados apresentados no presente relatório é possível observar-se que 13,29 % das situações relatadas ocorrem na rua, 5,20 % das situações de violência ou discriminação ocorrem em serviços públicos como hospitais, centros de saúde, esquadras, entre outros, 2,31% dos relatos remetem para locais como cafés, bares ou discotecas e por último 13,87% das situações relatadas acontecem noutros locais, maioritariamente em espaços públicos como por exemplo, restaurantes, estações de comboio, centros comerciais, paróquias, entre outros locais. (ILGA, 2018).

Das situações denunciadas, 39,31 % remetem para insultos ou ameaças verbais ou escritas, 4,62 % abordam situações onde ocorreu uma tentativa ou agressão física, 4,05% das situações remetem para episódios de discriminação na saúde e discriminação no acesso a bens e serviços (ILGA, 2018).

Tendo em conta o autor da discriminação 37,11% remetem a situações onde o agente é desconhecido, 3,77% é relativo a episódios onde o autor da discriminação exerce funções na função pública (ILGA, 2018).

Em suma estes resultados referentes, especificamente, onde as situações de discriminação e/ ou violência em espaços públicos demonstram que parte significativa das situações ocorre neste contexto.

1.9. Teoria do Stress minoritário

A teoria do stress minoritário sustenta que uma pessoa pertencente a uma minoria está mais exposta a eventos fontes de stress do que alguém que não pertença. São apontados pela literatura preconceito, estigma e descriminação direcionados a indivíduos, com base na sua raça, género, sexualidade entre outros. Estas experiências são apontadas como proeminentes e fontes de stress crónicas (Clark, Anderson, Clark, & Williams, 1999; Meyer, 1995).

A teoria do stress minoritário resume diversas descobertas sobre o stress social, no entanto, produz uma distinção no que diz respeito às comunidades estigmatizadas, como é o caso das minorias sexuais, que inevitavelmente irão experienciar um nível de stress elevado devido à sua posição na sociedade (Meyer, 2003). Estas experiências causam consequências, quer a nível físico como a nível de saúde mental (McConnell et al., 2018).

Com base no modelo apresentado por Myer (2003), da teoria do stress minoritário, foi lançada no ano de 2012 pelos autores Hendricks e Testa uma extensão dessa mesma teoria com foco no stress minoritário de acordo com o género do indivíduo, designada por *Gender Minority Stress* (Hendricks & Testa, 2012).

A teoria do stress minoritário de género diz-nos que, sujeitos pertencentes a uma minoria de género estão mais expostos a situações de stress social devido à sua posição minoritária no contexto social. Assim as situações de stress são divididas em dois grupos: Um dos grupos agrupa situações designadas como situações de stress proximal e nesta categoria são englobadas questões a nível individual e pessoal, como é o caso do estigma internalizado, ou no caso da comunidade trans, a transfobia internalizada. O outro grupo diz respeito a situações de stress distante onde estão presentes situações que são externas ao indivíduo como por exemplo, situações de discriminação ou *bullying* (Mongelli et al, 2019).

Esta teoria vem também demonstrar que a maior incidência de dificuldades a nível de saúde mental vividas por membros da comunidade trans, está diretamente relacionada aos níveis elevados de stress minoritário de género experienciado por estes/as devido ao facto de pertencerem a uma comunidade marginalizada (Hendricks & Testa, 2012).

Como referido anteriormente e relacionando a teoria do stress minoritário de género, qualquer contexto onde o/a jovem esteja inserido/a pode ser um espaço propenso a níveis elevados de stress vivenciados pela comunidade de jovens trans, como é possível ser observado nos pontos referentes ao contexto escolar, familiar e social.

Síntese

Ao longo do primeiro capítulo da presente dissertação foram percorridos alguns pontos necessários à melhor compreensão da temática.

Primeiramente foi feita uma breve introdução ao tema, em seguida referimos o caminho histórico percorrido até à atualidade. Após percorrer este caminho foi realizada uma definição de vários conceitos importantes para que seja possível entender a transexualidade. Foram definidos e clarificados termos como sexo, género, identidade de género e por fim, orientação sexual.

Após esta definição de conceitos foi realizada uma abordagem à transexualidade na primeira pessoa, e como é que estes/as jovens vivem todo o processo de consciencialização identitária.

Posteriormente foi realizada uma análise a todos os diagnósticos já existentes ao longo dos anos para retratarem e diagnosticarem a transexualidade, o que após vários anos, deixou de ser possível de ser diagnosticado como uma patologia. Atualmente, apenas é possível falar-se em diagnósticos associados à transexualidade tendo sim em conta, o sofrimento vivido pelo sujeito que pode advir por este ser trans, quer a nível físico, quer a nível psicológico. Continuando na vertente da prática clínica, foram descritas e analisadas as diretrizes lançadas pela APA, no ano de 2021, com o objetivo de orientar a prática do Psicólogo junto da comunidade LGBT.

Abordadas todas estas temáticas, passou-se então à exploração daquelas que são as leis existentes em Portugal, que de uma forma mais direta ou não abrangem a comunidade trans.

Posto isto, ainda no primeiro capítulo, foi realizada uma abordagem aos diferentes meios envolventes do jovem trans. Primeiramente apresentou-se o contexto escolar, realizando-se uma análise a um estudo existente realizado por Sausa no ano de 2008. O

presente estudo relata diversas experiências, na primeira pessoa, vividas por diversos jovens trans em contexto escolar.

Seguidamente, abordou-se a temática do *bullying* e de como esta problemática assombra todo o contexto mundial. Após o estudo desta problemática em contexto geral, foi vez de estudar como este tipo de violência ocorre na vida dos jovens trans diariamente.

Posteriormente e ainda na linha do *bullying* transfóbico foi estudado e inserido na presente dissertação um programa de inclusão realizado em escolas do norte a sul de Portugal pela associação Rede ex aequo.

Após a abordagem do contexto escolar, foi feita uma análise da literatura existente sobre o jovem trans e a sua famílias e ainda nesta temática foram abordadas questões como as reações familiares, o processo de *coming out* e como este meio pode representar para o jovem um importante fator de proteção ou não. Após a abordagem ao contexto familiar foi realizada também uma abordagem ao meio social e às experiências dos jovens trans nos espaços sociais e públicos.

Por fim, e com mote nestes contextos, foi então explorada a Teoria do Stress minoritário que afeta diariamente diversas minorias, como é o caso dos jovens trans.

O capítulo seguinte representa a parte prática da presente dissertação onde será analisado o estudo realizado pela investigadora. Serão analisados pontos como o método utilizado, os objetivos presentes no estudo, os/as participantes que integraram a investigação bem como o procedimento utilizado para a recolha dos dados obtidos.

Capítulo 2: Estudio Empírico

Introdução

Neste capítulo iremos descrever o estudo empírico. Neste estudo utilizamos uma metodologia qualitativa, com cariz fenomenológico descritivo (Willing, 2013), uma vez que a finalidade principal é descrever as vivências dos participantes, em contextos escolar e social.

Posto isto, vamos definir os objetivos que norteiam o estudo, segue-se a abordagem ao método, considerando os participantes, o material utilizado na recolha de dados e o procedimento de recolha de dados.

Para finalizar, apresentamos os resultados e a respetiva discussão destes. Em suma e como forma de finalizar a presente dissertação será realizada uma breve síntese, onde constam os principais resultados.

2.1. Objetivos

O presente estudo pretende responder à seguinte questão: Como são experienciadas pelos participantes (jovens) as suas vivências enquanto pessoas trans em contextos escolar e social? E como vivenciam os pais destes jovens essas experiências?

Objetivo geral é descrever as experiências e vivências de jovens trans e dos seus pais, nos contextos escolar e social.

Quanto aos objetivos específicos para os/as jovens trans, considerámos os seguintes:

1- Apurar com que idade os/as jovens trans tomaram consciência que a sua identidade de género não correspondia ao seu sexo atribuído à nascença

2- Indagar os pensamentos e sentimentos dos/as jovens trans ao perceberem que a sua identidade de género não correspondia ao seu sexo biológico.

3- Explorar a forma como os/as jovens trans deram conhecimento à família sobre a sua identidade de género e como perceberam a reação desta.

4- Explorar se estes/as jovens já se sentiram vítimas de algum tipo de discriminação e se precisaram de algum tipo de suporte para ultrapassar essa(s) situação(ões).

5- Descrever a importância, para os/as jovens trans, dos procedimentos relativos ao processo de mudança de sexo.

Quanto aos pais definimos os objetivos específicos que se seguem:

1- Aferir de que forma os pais tiveram conhecimento que o seu/sua filho/a é trans.

2- Indagar os pensamentos e sentimentos experienciados pelos pais ao saberem da identidade de género do/a seu/sua filho/a.

3- Averiguar se os pais têm conhecimento de algum tipo de discriminação ou *bullying* vivenciado pelo/a seu/a filho/a.

4- Explorar que ajudas, os pais dos/as jovens trans, consideram importantes serem disponibilizadas aos mesmos ou que já procuraram.

2.2. Método

O que pretendemos com este estudo é compreender os fenómenos através da recolha de dados narrativos, estudando as particularidades e experiências individuais, usando por isso, um número reduzido de participantes e utilizando o método qualitativo através de uma abordagem fenomenológica descritiva.

Bogdan e Biklen (1994) caracterizam a metodologia qualitativa como sendo acompanhada de um objetivo claro: o de compreender o sujeito com base naquelas que são as suas perspetivas. Para além desta definição os autores sugerem ainda cinco características da pesquisa qualitativa (Bogdan & Biklen, 1994, p.47):

Tabela 6

Caraterísticas da investigação qualitativa

Investigação qualitativa	A fonte direta de dados é o ambiente natural e o investigador o instrumento principal.
	É descritiva. Os dados são registrados em forma de palavras ou imagens.
	Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos.
	Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva.
	O significado é de grande importância na abordagem qualitativa.

Fonte: Bogdan e Biklen (1994)

O Creswell (1998), definiu a abordagem fenomenológica como sendo uma exposição das experiências vivenciadas e descritas por vários sujeitos sobre um determinado fenómeno com o objetivo de ser encontrado o significado fulcral.

2.2.1. Participantes

Este estudo contou com a participação de dez entrevistados, seis jovens trans e quatro pais dos jovens trans. Dois dos pais dos jovens participantes foram convidados a participar, no entanto, não o fizeram.

Como critérios de inclusão, para o grupo referente aos jovens, consideramos os seguintes: a) Serem jovens trans; b) Terem idades compreendidas entre os 16 e os 18

anos; c) Terem consciência da sua identidade de género há pelo menos 1 ano; d) Frequentarem o ensino.

No grupo referente aos pais apenas se estabeleceu como critério de inclusão: a) Ser pai ou mãe um/uma joven trans participante no estudo. Como critério de exclusão compreende-se o critério: a) Não ser pai ou mãe de um/ uma jovem trans participante no estudo.

Tabela 7

Caraterização sociodemográfica dos participantes

	Idade	Género	Pais dos jovens participantes	Idade
“Ana”	17 anos	Mulher trans	“Nuno”	43 anos
“José”	18 anos	Homem trans		
“João”	18 anos	Homem trans	“Maria”	42 anos
“Diogo”	18 anos	Homem trans	“Alice”	35 anos
“Rui”	17 anos	Homem trans	“Cátia”	55 anos
“Inês”	18 anos	Mulher trans		

2.2.2. Materiais

Para a realização deste estudo foram administrados dois guiões de entrevistas, realizados pela autora e respetiva orientadora. A entrevista estruturada é composta por questões previamente definidas e onde os participantes podem expor por palavras suas aquelas que são as suas experiências ou vivências (Gil, 2008).

O guião de entrevista administrado ao grupo composto por jovens (Anexo 4) trans conta com 24 questões, 3 destas questões são de caracterização sociodemográfica e as outras 20 questões foram agrupadas em diferentes categorias, sendo elas relativas ao jovem, à família, à sociedade e ao contexto escolar e pretendem responder à questão de investigação. Já o guião concretizado para o grupo composto pelos pais/mães (Anexo 5) conta com 16 questões, onde apenas uma se prende à categorização sociodemográfica e as restantes 15 questões específicas pretendem responder à questão de investigação.

Para a elaboração das questões tivemos em atenção o estado de arte, espelhado no 1º capítulo assim como o objetivo geral que norteia este trabalho.

2.2.3. Procedimento de Recolha de Dados

Primeiramente foi realizada uma revisão da literatura para que fosse possível obter e conhecer o maior número de informações possível acerca da temática selecionada. A partir disto podemos perceber o modo como o tema tem sido estudado, os resultados obtidos nos estudos e as recomendações existentes para investigações futuras. Após termos conhecimento do estado de arte procedemos à elaboração de um guião de entrevista para os/as jovens e outro para os pais, com algumas questões similares. Num primeiro momento estes guiões apresentam uma forma semi-estruturada, mas devido à dificuldade em contactar os participantes presencial ou digitalmente de forma síncrona, optámos pelas entrevistas estruturadas.

Em seguida, foi necessário submeter o projeto à Comissão de Ética da UFP para assegurar que este cumpre os padrões éticos exigidos. Posteriormente e após o parecer positivo, seguiu-se a aproximação aos participantes selecionados. Devido à dificuldade de acesso a esta população, foi utilizada a amostragem não probabilística bola de neve. O acesso ao primeiro participante foi realizado através de um contacto pessoal da investigadora e esse participante colocou a investigadora em contacto com o participante

seguinte, após este aceitar estabelecer este contacto. A este próximo elemento foi explicado todo o estudo e solicitado os consentimentos informados aos pais, e o assentimento informado ao próprio. Este foi o procedimento com todos os participantes seguintes. No entanto, a dificuldade em chegar à população alvo foi constante.

No caso do grupo referente aos jovens, menores de idade, o consentimento informado (Anexo 1) foi entregue ao seu representante legal e aos próprios jovens foi fornecido um assentimento informado (Anexo 2) acompanhado das informações necessárias assim como dos contactos para esclarecimento de dúvidas.

Posto isto, seguiu-se a administração das entrevistas estruturadas, que contam com uma breve clarificação do conceito trans utilizado neste estudo bem como do objetivo geral do mesmo.

Em momento nenhum foi posto em causa o anonimato dos participantes. As entrevistas aos pais e aos jovens foram assinaladas com um código. Foi dada aos participantes a opção de responder à entrevista oralmente, na presença da investigadora ou por escrito, devolvendo a resposta em envelope fechado. No entanto, nenhum dos participantes optou por responder à entrevista na presença da investigadora. Aos participantes que optaram por responder à entrevista por escrito e à devolução em envelope fechado, só após o preenchimento do consentimento informado, entregamos o guião e o envelope. Foi solicitado que fechassem o envelope antes de o entregarem à investigadora.

Os dados obtidos nas entrevistas administradas aos participantes, foram passados para formato digital e armazenados no computador pessoal da investigadora onde só a própria tem acesso dado que, este dispositivo está protegido com uma palavra passe. Após o tratamento dos dados os materiais foram destruídos.

3. Apresentação de resultados

Como forma de analisar os dados obtidos recorreremos à técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Bardin (2011) define análise de conteúdo como sendo:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Esta mesma técnica divide-se em três grandes etapas:

1º etapa: Pré-análise: Esta fase corresponde aquela que é a fase de organização. Aqui foi englobada a escolha dos documentos a analisar, a formulação de hipóteses e/ou objetivos e a elaboração de indicadores que servirão para fundamentar aquela que será a interpretação final dos resultados (Bardin, 2006).

2ª etapa: A exploração do material: Esta fase consiste essencialmente na fase de análise e conta com aqueles que são os processos de codificação, desconto ou numeração, dependendo daquelas que foram as normas previamente definidas (Bardin, 2006).

3ª etapa: Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: Os resultados obtidos são tratados de forma serem válidos e significativos, através destes, é possível serem propostas inferências e realizadas interpretações tendo como base os objetivos previamente definidos (Bardin, 2006).

Após a definição e clarificação teórica da técnica utilizada e das suas respetivas etapas, segue-se a correspondência, na prática, ao que foi realizado na presente dissertação.

Primeiramente foi realizada uma análise do material, procedendo-se assim às transcrições das entrevistas de ambos os grupos, pais e jovens, onde foi realizada uma leitura atenta e exaustiva com o objetivo de serem analisados os diálogos e definida assim a esquematização da posterior análise.

Na fase seguinte, na etapa referente à exploração do material, foi realizada um tratamento bruto dos dados, onde estes foram agrupados em unidades através de matrizes conceptuais (Anexo 6). Após a criação das respetivas unidades, foram então concebidas as categorias e subcategorias, como é possível observar, em relação aos/às jovens trans na Tabela 8:

Tabela 8

Categorias e subcategorias da análise dos dados- Grupo dos jovens

Grupo- Jovens	
Categorias	Subcategoria
Ser trans	<ul style="list-style-type: none"> • A consciência da sua identidade de género • Acompanhamento Psicológico • Procedimentos relativos ao processo de mudança de sexo.
O/A jovem trans e a família	<ul style="list-style-type: none"> • O <i>coming out</i> no contexto familiar
A sociedade e o/a jovem trans	<ul style="list-style-type: none"> • Experiências de discriminação por parte da sociedade
Ser um/uma aluno/a trans	<ul style="list-style-type: none"> • Vivências e experiências enquanto aluno/a trans • Forma de tratamento em contexto escolar

A tabela 9 demonstra as categorias e respectivas categorias criadas para o grupo de pais participantes:

Tabela 9

Categorias e subcategorias da análise dos dados- Grupo dos pais

Grupo- Pais	
Categorias	Subcategorias
Ser pai/mãe de um/uma jovem trans	<ul style="list-style-type: none">• O <i>coming out</i> no contexto familiar• Acompanhamento Psicológico
Ser trans na sociedade e na escola	<ul style="list-style-type: none">• Percepção dos pais sobre experiências e vivências dos/as seus/suas filhos/as enquanto jovens e alunos trans.

3.1. Resultados

No presente tópico, o leitor poderá encontrar os resultados obtidos no grupo dos jovens participantes, seguido da respetiva discussão dos mesmos.

3.1.1. Resultados das entrevistas dos/as jovens trans

3.1.1.1. Categoria 1 – Ser trans

Na presente categoria foram englobadas, por serem complementares, as subcategorias “A consciência da sua identidade de género não normativa”, “Acompanhamento Psicológico” e “Procedimentos relativos ao processo de mudança de sexo”.

Referente à subcategoria “Consciência da sua identidade de género” 5 dos 6 jovens participantes relatam uma idade específica compreendida entre os 14 e os 16 anos, sendo que a maioria dos participantes refere, nas suas falas, a idade “16 anos”.

No relato distinto do participante em questão, este descreve não existir um momento específico relativo a esta tomada de consciência que a sua identidade de género não correspondia ao sexo atribuído à nascença:

Pergunta difícil de responder. Não creio que exista um momento específico em que isso tenha acontecido. Desde sempre que me sinto como um rapaz e por sua vez sempre soube que era diferente por causa do meu nome e da minha fisionomia. Porém quando comecei a puberdade, por volta dos meus 12/13 anos comecei a pesquisar e aí encontrei uma definição para o que sentia. João, 18 anos.

Ainda na subcategoria “Consciência da sua identidade de género” os participantes Ana e José descrevem alguns sentimentos que acompanharam esse processo:

Frustração, medo e angústia. Ana, 17 anos.

ou

Ódio, "porquê a mim" e agora? Não me vão aceitar..." José, 18 anos.

Já outro participante refere que:

Me senti muito confuso. Eu passei boa parte da minha vida me entendendo como uma mulher cis e quando parei para imaginar a possibilidade de ser um homem trans minha vida mudou completamente. Eu estava diante de algo novo e muito surpreendente. Diogo, 18 anos.

Para outro participante após o choque inicial houve aceitação:

Quando descobri o que significava ser transexual identifiquei-me imediatamente, mas com medo de tudo o que isso implica socialmente rejeitei essa ideia. (...) Mas acabei por me aceitar e tentar pensar numa maneira de ser feliz e de realmente viver a minha vida. João, 18 anos.

A subcategoria seguinte procurou explorar, diante dos participantes a relação dos mesmos com o acompanhamento psicológico. Cinco dos seis participantes descreve que já teve ou tem acompanhamento psicológico devido a questões relacionadas com a sua identidade de género, como é possível ser observado nos seguintes relatos:

Sim, alguém que compreendesse as minhas dores e me ajudasse a lidar com as lutas do dia a dia que as pessoas trans passam. José, 18 anos.

Sim, claro. O pedido de ajuda começou por querer parar com as crises de ansiedade e pânico logo, sou ser acompanhado em Pedopsiquiatria e Psicologia (...) Rui, 17 anos.

Tenho ainda. Inês, 18 anos.

O participante seguinte, João demonstra que o acompanhamento psicológico foi realizado com o Psicóloga Escolar como descrito nas seguintes falas:

(...) Como o meu agregado familiar não tinha recursos para pagar um psicólogo e o serviço nacional de saúde estava a demorar imenso para marcar consultas e dar algum tipo de apoio, recorremos á psicóloga que estaria disponível na minha escola uma vez por semana. Foi tudo falado com ela e comecei as consultas de

uma hora, uma vez por semana (...) Esta psicóloga não tinha qualquer tipo de treino em relação a pessoas trans mas dispôs-se a pesquisar e aprender o possível para me ajuda. João, 18 anos.

Através do discurso do participante Diogo é possível observar que este salienta a importância do seu Psicólogo no seu processo de consciencialização identitária:

Sim, eu já fazia terapia desde os meus 14 anos para tratar outros assuntos pessoas, como baixa autoestima. Quando estava me entendendo como pessoa trans continuei passando por terapia e posso dizer que o papel do meu psicólogo foi fundamental para me ajudar a enxergar a possibilidade de ser uma pessoa trans. (...)
Diogo, 18 anos.

Ainda na subcategoria relativa ao acompanhamento psicológico e questionados sobre a temática dois dos participantes demonstram que já procuraram o/a seu/sua psicólogo/a para abordarem questões relacionadas a discriminação:

(...) são situações que eu converso com a minha psicóloga pois de facto acaba por me dar imenso medo. João, 18 anos.

(...) já fazia terapia e procurava a terapia para falar da minha transição num geral. Diogo, 18 anos.

No tangente à subcategoria “Procedimentos relativos ao processo de mudança de sexo” sejam eles cirúrgicos ou não, cinco dos jovens participantes demonstram vontade

ou já realizaram algum tipo de procedimento como é possível observar-se nas seguintes falas:

Sim pretendo, o que me faz sentir essa vontade é que sei que sou uma das lutadoras contra o preconceito e a transfobia. Ana, 17 anos.

O participante José relata querer realizar a transição completa apontando assim alguns motivos:

Sim, muita disforia em relação a tudo, peitos, órgão genital, traços faciais femininos... quero fazer a transição completa. José, 18 anos.

Já o participante João apesar de já ter realizado alguns procedimentos relativos à transição descreve que:

A este ponto na minha transição já estou há dois anos a fazer testosterona e já realizei a mastectomia. Acho que irei parar por aqui. Pretendo ainda realizar a hysterectomia, porém pelo SNS acho que isso irá demorar imenso. Mas para já não quero passar pelas cirurgias de mudança genital. É um processo imensamente doloroso, implica muitos riscos e não creio que os resultados valham a penas todo esse sofrimento e risco. Caso a ciência avance e os resultados sejam algo que para mim seria mais atrativo poderei reconsiderar. João, 18 anos.

Também o participante Diogo demonstra, nas falas seguintes, que apesar de já ter começado a terapia hormonal não detém vontade de realizar qualquer procedimento cirúrgico:

(...) *Sim, comecei a terapia hormonal, mas não tenho intenção de fazer cirurgias que façam parte do processo transsexualizador, assim como existem homens trans que não querem se hormonizar.* Diogo, 18 anos.

O participante Rui também descreve ter vontade de realizar procedimentos relativos ao processo de mudança de sexo apontando assim na presente fala, o motivo desta vontade:

Sim! Porque me sinto no corpo errado! Rui, 17 anos.

A participante Inês de 18 anos, quando questionada se detêm a vontade de realizar algum procedimento relata que:

Não. Inês, 18 anos.

3.1.1.2. Categoria 2- O/A jovem trans e a família

Como forma de explorar a questão do jovem e da família neste processo e indo em contra aos objetivos do presente estudo, foi criada a subcategoria “o *coming out* no contexto familiar”. Através dos resultados obtidos é possível afirmar-se que todos os jovens participantes contaram à sua família sobre a sua identidade de género na primeira pessoa e não através de terceiros, no entanto realizaram-no de forma distinta. Os/As participantes Ana, Diogo, Rui e Inês realizaram o processo de *coming out*, no seio familiar na primeira pessoa, como é possível observar nas seguintes falas:

Através de mim. Ana, 17 anos.

Contei para minha família paterna e materna ao longo do meu entendimento sobre quem eu sou e conseqüentemente minha transição de gênero (...) Diogo, 18 anos.

Por mim! Rui, 17 anos.

Bem os meus pais tiveram conhecimento por mim e a minha restante família em geral também (...). Inês, 18 anos.

É de salientar os discursos do participante José e João que afirmam terem contado para a sua família através de uma carta escrita pelos mesmos:

Carta escrita por mim mandada por email. José, 18 anos

A primeira pessoa da minha família a saber foi a minha mãe, que é a minha guardiã legal. Escrevi-lhe uma carta e de noite enquanto ela dormia deixei na sua mesinha de cabeceira. Depois disso mantivemos este assunto só entre nós os dois enquanto a minha mãe se acostumava com a ideia e enquanto começávamos a tentar perceber qual seria o próximo passo para eu me sentir mais feliz e confortável (...).

João, 18 anos.

Ainda sobre a subcategoria “*coming out* no contexto familiar” e como forma de explorar as reações familiares surgem os seguintes relatos:

Tive aceitação de todos. Ana, 17 anos.

O participante José relata que no sei seio familiar as reações dividiram-se:

Não muito bem, quem aceitou melhor o meu tio e quem teve mais dificuldade pais e avô. José, 18 anos.

João relata, na seguinte fala, que as reações familiares ao seu *coming out* foram distintas:

A minha mãe teve bastante dificuldade em aceitar, mas passado uns meses de choro acabou por aos poucos aceitar a ideia. O meu pai não ligou muito e no fundo não se importou nada (tendo em conta que sempre foi um pai não presente faz sentido). Os meus avós aceitaram bem, no início tinham medo, mas acabaram por aceitar. O meu avô por motivos religiosos teve alguma dificuldade com a minha mudança de nome, mas acabou por aceitar depois de muita conversa. (...) A minha família paterna aceitou imensamente bem e sempre agiu com normalidade, algo que me surpreendeu pois nunca tenho contacto com eles e pensei que fosse ser mais difícil se habituarem às minhas mudanças, mas foi o oposto. João 18 anos.

Apesar de algumas diferenças nas reações e de algumas dificuldades no processo os participantes seguintes relatam que:

Eles me acolheram. Com certa dificuldade de entender meu gênero e usar meus pronomes, mas me acolheram e apoiaram minha decisão. (...) Diogo, 18 anos.

*No geral, toda a família aceitou bem. A minha prima * aceitou melhor e, a minha mãe tem tido mais dificuldade em deixa-me avançar com a transformação, por medo de eu sofrer! Rui, 17 anos.*

Minha família em geral não aceitou, já o meu pai, minhas primas, e minha mãe teve aquele choque ao início tal como o meu pai, mas já aceitam. Inês, 18 anos.

3.1.1.3. Categoria 3 – A sociedade e o/a jovem trans

Na presente categoria e como forma de ir de encontro aos objetivos do presente estudo, foi criada somente uma subcategoria que se insere nesta mesma divisão categórica. A subcategoria denomina-se de “Experiências de discriminação por parte da sociedade” e quando questionados sobre a temática os jovens relatam diversas situações onde se sentiram discriminados socialmente. A participante Ana relata que:

Sim, por exemplo: Quando estou na rua recebo vários piropos (...) Ana, 17 anos.

O participante José faz menção a diversos tipos de situações onde este já foi discriminado no contexto referido, como é possível observar-se no seguinte relato:

Agressões físicas, bullying, insultos e comentários desagradáveis. José, 18 anos.

Já o participante João demonstra que socialmente foras algumas as situações onde se sentiu discriminado:

Fora do ambiente escolar ouvi comentários super desagradáveis e já me foi prometida porrada a quando uma saída noturna. Sempre tive bastante cuidado e sempre me mantive longe de lugares ou situações em que discriminação (...). João, 18

anos.

O participante Diogo relata uma situação específica onde se sentiu discriminado devido à utilização dos seus pronomes:

Sim, quando fui ao Burguer King pedi para que a atendente colocasse meu pedido no nome masculino e ela entendeu a palavra no feminino com base na minha aparência e no meu tom de voz. Também era recorrente, antes de eu começar a terapia hormonal, desconhecidos na rua ou em comércio errarem meus pronomes e me chamarem no feminino (...). Diogo, 18 anos.

Rui relata uma situação onde foi discriminado face à sua aparência:

Expulsarem-me da casa de banho masculina, na Alemanha (...) por ser mulher, no exterior (...) Em Portugal, umas “bocas” aqui e ali, mas nada que não consiga “digerir”. Rui, 17 anos.

Apenas uma das jovens participantes, Inês relata que nunca foi vítima de nenhum tipo de discriminação a nível social.

Ainda dentro da subcategoria descrita os jovens descritos acrescentam que:

(...) No metro uns miúdos meteram se comigo e ameaçaram-me porque eu disse que era um rapaz. José, 18 anos

(...) Ouvi sempre comentários infelizes na minha aldeia. Não só eu, mas também a minha mãe (...) João, 18 anos.

3.1.1.4. Categoria 4- Ser um/uma aluno/a trans

Nesta categoria foram agrupadas as seguintes subcategorias “Vivências e experiências enquanto aluno/a trans” e “Forma de tratamento em contexto escolar”

Referente à subcategoria “Vivências e experiências enquanto aluno/a trans” e quando questionados como é ser trans na escola que frequentam os/as seguintes jovens participantes relatam situações e discursos distintos.

A participante Inês relata que:

É complicado pois recebo vários olhares sendo os mesmos bastante perturbadores. Ana, 17 anos.

Já os participantes Diogo e João relatam que, atualmente, no ensino superior tudo tem sido mais benéfico:

(...) Como me assumi trans no fim do último ano do ensino médio, solicitei o uso do nome social em chamadas e a alteração do meu e-mail da escola para o e-mail com meu nome social (...) e recebi muito apoio de professores e da equipe escolar. Hoje, eu como estudante universitário que usa o nome social na faculdade, também recebo muito apoio dos meus colegas (...). Diogo, 18 anos.

Atualmente, estou na universidade e é tudo o que sempre sonhei. Não recebo comentários infelizes por parte dos meus pares ou por parte dos professores. Mas sei

por conversas que já participei que se "saísse do armário" muita gente não me iria aceitar e iria deixar bem claro que não apoia a minha existência (...). João, 18 anos.

O participante João, atualmente frequenta o ensino superior e vive como um homem cis, uma vez que já realizou alguns procedimentos entre eles o tratamento hormonal e a mastectomia. As respostas dos restantes participantes não foram conclusivas.

Sobre as experiências de violência e preconceito em ambiente escolar os jovens acrescentam que:

Senti que estava a ser alvo de chacota, senti-me frustrada pois não estava a conseguir mostrar às pessoas quem eu sou. Ana, 17 anos.

Sim, do meu 7 ano ao 9. Foram anos terríveis, onde passei por bullying (agressões, esperas, insultos, esquemas para me tramarem). Sentia-me insuficiente, uma aberração. José, 18 anos.

Já algumas vezes. Mas infelizmente sempre foi mais por parte dos professores do que dos meus colegas. Ao longo do meu percurso académico existiram alguns professores que faziam questão de me fazer sentir diferente e de errar o meu nome e ou pronomes (...) Outra professora minha quando lhe foi pedido pela minha diretora de turma que me tratasse pelo meu nome escolhido literalmente recusou-se e disse o na minha cara que nunca iria me chamar pelo nome que eu queria, mas sim pelo nome que estava no cartão de cidadão (...). João, 18 anos.

Os restantes três participantes não relatam a vivência de alguma experiência enquadrada na temática questionada.

Ainda relativamente à subcategoria “Vivências e experiências enquanto alunos trans” os jovens participantes, sobre o que os faz ou não sentirem-se seguros em ambiente escolar, a participante Ana narra que:

Eu mesma, pois sei que é uma luta diária e constante. Ana, 17 anos.

O participante José relata a dificuldade que era frequentar a sua escola:

Ir á escola já era uma luta por saber que ia apanhar ou que me iam gozar. Faltava a algumas aulas e ia para o quarto de banho chorar. José, 18 anos.

O participante João relata que a segurança lhe foi trazida pela lei da autodeterminação:

O que nunca me fez sentir seguro era a incapacidade de manter o "anonimato". Por exemplo, para eu fazer com que os meus professores me chamassem pelo nome certo foi necessário eu e a minha mãe falarmos com imensas pessoas da direção da escola. Lembro-me que na altura me sentia num circo e que eu era a atração principal (...) O que me fez sentir mais seguro foi a lei da autodeterminação pois sabia que agora teria algo para me defender. João, 18 anos.

O participante Rui relata, como se observa na seguinte fala, sentir-se seguro devido ao facto de:

As pessoas já saberem a minha situação e me entenderem e aceitarem, de uma forma geral. Rui, 17 anos.

Os participantes Diogo e Rui, nos seus relatos abordam o uso das casas de banho:

Na faculdade, frequentar o banheiro masculino ainda me dá uns arrepios, fico pensando "e se os meninos que frequentam o banheiro descobrirem que sou trans?" (...). Diogo, 18 anos.

As casas de banho. Inês, 18 anos.

Ainda referente à subcategoria “Vivências e experiências enquanto alunos trans” e tendo como base as situações anteriormente descritas os jovens participantes descrevem, se já sentiram ou não vontade de mudar de escola ou até mesmo abandonar o ensino, nas seguintes falas:

(...) já pretendi mudar de escola, como já realizei essa ação várias vezes. Ana, 17 anos.

Nesta escola não, mas na anterior sim, por sofrer tanto bullying. João, 18 anos. *Sim antes de sair do armário, altura em que sofria mais bullying e era completamente excluído pelos meus colegas, considerei sair da escola onde estava e até cheguei a pedir à minha mãe. Tive que me manter naquela escola pois a outra*

opção de escola era muito longe de casa e não seria possível para o meu agregado familiar suportar os custos de transporte. Nunca considerei abandonar o ensino pois mesmo que sofresse imenso tinha o sonho de entrar no ensino superior (...). João, 18 anos.

Os restantes participantes não demonstram ter tido vontade de abandonar o ensino ou mudar de escola.

A subcategoria “Forma de tratamento em contexto escolar” surge inserido na categoria “Ser aluno trans” e vai de encontro aos respetivos objetivos do presente estudo. A participante Ana, relata que:

Sou tratado pelo o género que me foi atribuído à nascença. Ana, 17 anos.

Já o participante José revela que a forma de tratamento em contexto escolar varia, demonstrado nas seguintes falas:

Em relação á turma sinto me muito bem, tratam me por aquilo que sou,em relação a funcionários alguns fazem comentários que magoam e metem se demasiado. José, 18 anos.

João relata que a forma de tratamento na escola ocorre consoante o nome e pronome escolhidos:

Sou tratado pelo meu nome e pronomes escolhidos, desde antes de estar oficialmente mudado no cartão de cidadão. Depois da mudança legal nunca mais foi uma preocupação, só continuou a ser um problema com aqueles professores referidos anteriormente. Não ter mais que me preocupar com o nome foi um alívio imenso que por sua vez me deixou mais "confortável" (...). João, 18 anos.

O participante Diogo, demonstra que:

Quando solicitei o uso do nome social na escola todos os professores passaram a me chamar de Diogo, os alunos também. A diferença de tratamento me fez sentir muito mais seguro e confortável no ambiente escolar. Hoje estudar na faculdade carregando a identidade que assumi ao sair do ensino médio me faz me sentir muito livre e realizado. Diogo, 18 anos.

O participante Rui revela também que a forma de tratamento em contexto educacional varia:

Sou tratado como ela e como ele, dependendo do hábito e do nível de aceitação. Cada vez que me tratam por ELE, sinto-me muito melhor. Rui, 17 anos.

O discurso de Inês revela aceitação dos seus nomes e pronomes:

Eles aceitam e falam os pronomes corretos. Inês, 18 anos.

Passamos agora à discussão de resultados

3.1.2. Discussão dos resultados

De acordo com a revisão da literatura, é possível afirmar que as experiências narradas pelos participantes condizem com as informações encontradas no respectivo estado da arte. O objetivo geral do estudo foi descrever as experiências e vivências de jovens trans e dos seus pais, nos contextos escolar e social.

Um dos objetivos específicos visa “apurar com que idade os/as jovens trans tomaram consciência que a sua identidade de gênero não correspondia ao seu sexo atribuído à nascença” e tendo como base este objetivo, foi então criada a subcategoria “A consciência da sua identidade de gênero”. Os discursos dos participantes revelam que alguns deles definem uma idade específica, na fase da adolescência, onde ocorreu essa consciência e apenas um deles relata não ter existido um momento específico onde isso tenha acontecido. Segundo Platero (2014), é na adolescência que existe uma maior descoberta do seu papel e identidade no mundo e das experiências pubertárias. Tendo em conta o relato distinto do participante em questão, Carvalho (2021), aponta que poderá não existir um momento específico relativo à tomada de consciência de que a sua identidade de gênero não correspondia ao sexo atribuído à nascença.

Ainda na subcategoria referente à “consciência da sua identidade de gênero” e tendo como base o objetivo específico que pretende “indagar os pensamentos e sentimentos dos/as jovens trans ao perceberem que a sua identidade de gênero não correspondia ao seu sexo biológico”, Lev (2004), aponta que as pessoas trans, quando tomam consciência que o são, tendem a viver num grande sofrimento e experienciam sentimentos como medo, vergonha, ansiedade, isolamento, sobrecarga, podem sentir-se castigados, podem vivenciar ideação suicida e até mesmo dificuldades a nível escolar e/ou laboral. De acordo com os discursos dos participantes é notória a presença de diversos dos sentimentos relatados por Lev (2004) no modelo designado como “*Transgender*

Emergence”. Aparicio-García, García-Nieto e Magalhães (2020), descrevem que durante o processo interno de consciencialização identitária podem surgir dúvidas, confusão, infelicidade, sentimento de culpa, baixos níveis de autoestima e algumas questões também abordadas por Lev (2004) descritas acima. Os relatos dos nossos participantes demonstram a vivência de sentimentos como medo, angústia, vergonha, confusão e negação. Também a OPP (2015) refere que a comunidade trans vivencia um risco acrescido não só face à população geral como à população LGB, de problemas físicos e psicológicos tais como ansiedade, depressão, isolamento social e stress pós-traumático, ideação suicida.

A subcategoria “Apoio Psicológico” está diretamente relacionada ao objetivo específico “Explorar se estes/as jovens já se sentiram vítimas de algum tipo de discriminação e se precisaram de algum tipo de suporte para ultrapassar essa(s) situação(ões).” Como está explanado no documento da OPP (2015), estes jovens estão expostos a um maior risco de vivenciar problemas do foro psicológico e por esse mesmo motivo o acompanhamento por um profissional mostra-se essencial

A OPP no documento intitulado “Guia Orientador da Intervenção Psicológica Guia Orientador da Intervenção Psicológica Com Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans (LGBT)” (2015), aponta a importância de o acompanhamento psicológico à comunidade trans, dever ser realizado por um profissional com a competência de intervir de forma sensível e afirmativa, uma vez que pode não ser suficiente para trabalhar com esta comunidade só o conhecimento técnico pois é de salientar que esta comunidade, como já referimos, vivencia um risco acrescido não só face à população geral como à população LGB, de problemas físicos e psicológicos (OPP, 2015). Os discursos dos participantes revelam que o acompanhamento psicológico é uma realidade que

acompanha o seu dia a dia e que procuram o/a psicólogo/a também para abordarem questões relativas a situações de discriminação vividas pelos/as jovens.

No tangente ao objetivo específico “Descrever a importância, para os/as jovens trans, dos procedimentos relativos ao processo de mudança de sexo” foi definida a subcategoria “Procedimentos relativos ao processo de mudança de sexo”. Através dos discursos dos/as participantes na presente subcategoria é possível inferir que a escolha ou não dos procedimentos, quer sejam eles cirúrgicos ou não cirúrgicos, é algo pessoal e que varia consoante a vontade de cada um. Pode ser desejado pelo/a jovem realizar a cirurgia de redesignação sexual, como pode ser desejado apenas os procedimentos hormonais, como pode ser optado por não realizar nenhum procedimento quer seja cirúrgico ou não. No documento “Guia para famílias de pessoas trans” (AMPLOS, 2021) é demonstrado que o corpo é uma questão fundamental para as identidades trans e, por esse mesmo motivo, é que cada um deles/as sabe o que deseja fazer com o seu corpo. Algumas pessoas trans não se sentem confortáveis com o seu corpo e realizam ou pretendem realizar alterações a nível do mesmo, no entanto, existem outras pessoas trans que se sentem confortáveis com o corpo em que vivem e assim sendo, não têm vontade de realizar qualquer alteração ao mesmo e diante destas escolhas, um homem trans não é mais ou menos homem por optar ou não optar por realizar qualquer mudança a nível do seu corpo assim como uma mulher trans não é mais ou menos mulher quer escolha realizar ou não mudanças a nível corporal (AMPLOS, 2021).

O próximo objetivo específico a ser abordado mira “Explorar a forma como os/as jovens trans deram conhecimento à família sobre a sua identidade de género e como percecionaram a reação desta” e deu origem à subcategoria “O *coming out* no contexto familiar”. A AMPLOS (2021) aponta que assumir-se enquanto pessoa trans implica várias questões, mas implica sobretudo assumir-se socialmente, pois muitas vezes os jovens têm

que o fazer para poderem viver a sua identidade de género plenamente e sem que estejam presos ao sexo que lhes atribuído à nascença. O jovem trans que inicia o seu processo de *coming out* tende a viver uma fase de stress, ansiedade e/ou medo. Este processo inicia-se, muitas vezes diante de pessoas que são significativas para o jovem mais concretamente no seio familiar (Lev, 2004). Através dos discursos dos participantes é possível inferir que o *coming out* no contexto familiar foi realizado de duas formas distintas, na primeira pessoa ou por carta. Expressar um evento, uma situação ou uma experiência de forma escrita é uma forma importante de tornar estes acontecimentos mais visíveis, mais claros, mais compreensíveis (Benetti & Oliveira, 2016) e por esse mesmo motivo é que muitas vezes este processo é utilizado como forma de *coming out*. A escrita de uma carta aos familiares no processo de *coming out* é útil no que diz respeito à clarificação dos próprios pensamentos e na explicação de todos os pontos que o jovem quer abordar de forma também ela mais clara e compreensível. Outra questão que poderá levar os jovens a utilizar a escrita de uma carta no processo de *coming out* é o facto de conseguirem evitar a abordagem cara a cara o que poderá ser um fator que provoca ansiedade para os mesmos, bem como o facto de conseguirem dizer tudo aquilo que pretendem sem serem interrompidos ou questionados.

Ainda na subcategoria “*coming out* no contexto familiar” e tendo como base o discurso dos/as participantes é possível inferir que apesar de alguns familiares em específico demonstrarem mais dificuldade em gerir a situação e das reações iniciais serem de “choque”, a maioria dos relatos é de aceitação e apoio. Todas estas reações estão sustentadas na literatura. O choque inicial encontra-se abordado no modelo proposto por Lev (2004). As famílias tendem a criar expectativas e a ditar a identidade de género, mesmo antes do bebé nascer, aquando da determinação do seu sexo biológico e, a partir desse momento, são criadas expectativas sobre aquele que será o seu papel,

comportamento e até mesmo ações socialmente definidas como femininas ou masculinas. Com todas estas expectativas surge também o traçar de todo um percurso para aquela criança que irá nascer, este projeto de vida é estabelecido consoante o corpo onde esta irá “habitar”, sendo homem ou mulher. Quando todas estas expectativas não correspondem à realidade vivida pelo jovem trans, pode desencadear nos familiares, sentimentos de fracasso, frustração ou decepção (Platero, 2014). Após o *coming out* no seio familiar, podem surgir várias reações e espera-se que, numa primeira fase surja um conflito de ideias e de incerteza (Menvielle & Rodnan, 2011; Raj, 2008), o que está de acordo com os nossos resultados.

Os pais e as mães destas crianças ou jovens trans podem viver divergências tendo em conta o género do seu/sua filho/a: por um lado podem perceber que o seio familiar é o suporte do jovem e que este tem uma importância elevada na vontade do seu/sua filho/a, por outro lado, podem vivenciar uma enorme preocupação devido às vivências do/a seu/sua filho/a ao longo da sua vida, nomeadamente serem alvo do estigma social, ou experienciarem situações de violência (Newcomb et al., 2018).

A família tem um papel fundamental como fator de proteção dos jovens trans pois, é possível observar-se que o facto dos jovens trans serem apoiados pelo seu núcleo familiar e quando lhes é dada a oportunidade de viverem aquela que é a sua identidade de género, a relação entre os familiares e o jovem fica mais fortalecida e a cumplicidade também se fortalece (Platero, 2014; Moreira, 2014). Assim, os jovens trans que experienciam aceitação no seu seio familiar relatam menores níveis de depressão, uso de substâncias, ideação e tentativa de suicídio bem como uma maior autoestima, apoio e saúde no geral (Olson et al., 2016; Ryan et al., 2010; Simons et al., 2013). Os discursos apresentados pelos nossos participantes, vão de encontro ao estado da arte, pois relatam,

na sua maioria, no seu seio familiar mais próximo, situações de apoio e suporte familiar, sendo assim a família um fator de proteção e suporte para os mesmos.

Referente ao objetivo específico “Explorar se estes/as jovens já se sentiram vítimas de algum tipo de discriminação e se precisaram de algum tipo de suporte para ultrapassar essa(s) situação(ões).” foi criada também a subcategoria “Experiências de discriminação por parte da sociedade”. Os/As jovens trans enfrentam o desafio de apenas viverem como eles próprios devido ao estigma presente na sociedade cisnormativa onde vivemos e por esse mesmo motivo os episódios de discriminação, violência ou preconceito podem ocorrer nos mais diversos locais.

Num relatório lançado pela ILGA (2018) , tendo como tema as situações de discriminação denunciadas por jovens da comunidade LGBT é possível observar-se que 13,29 % das situações relatadas ocorrem na rua, 5,20 % das situações de violência ou discriminação ocorrem em serviços públicos como hospitais, centros de saúde, esquadras, entre outros, 2,31% dos relatos remetem para locais como cafés, bares ou discotecas e por último 13,87% das situações relatadas acontecem noutros locais, maioritariamente em espaços públicos como por exemplo, restaurantes, estações de comboio, centros comerciais, paróquias, entre outros locais. (ILGA, 2018).

Das situações denunciadas, 39,31 % remetem para insultos ou ameaças verbais ou escritas, 4,62 % abordam situações onde ocorreu uma tentativa ou agressão física (ILGA, 2018).

Os discursos dos/as nossos/as participantes revelam a vivência de diversas situações de discriminação em contexto social, como ameaças, insultos ou até mesmo situações de utilização errada dos sus nomes e/ ou pronomes, situações essas que trazem consequências a diversos níveis para os/as jovens trans, quer a nível psicológico, como físico (OPP, 2015).

O objetivo específico “Explorar se estes/as jovens já se sentiram vítimas de algum tipo de discriminação e se precisaram de algum tipo de suporte para ultrapassar essa(s) situação(ões)” deu origem a uma outra subcategoria designada “Vivências e experiências enquanto aluno/a trans”. A escola representa para os jovens um local de extrema importância uma vez que, representa também um espaço onde estes passam maior parte dos seus dias, desenvolvem competências pessoais e sociais. As experiências relatadas em diversos estudos referentes às vivências dos jovens trans em contexto escolar mostram que a transfobia é uma problemática presente nas escolas e vivida diariamente por estes jovens (Airton, Meyer & Tilland-Stafford, 2016).

Tendo em conta as situações de discriminação, vivenciadas e relatadas pelos/as /nossos/as jovens participantes, como agressões físicas, *bullying*, gozo, ameaças e insultos, todas obtêm correspondência a nível da literatura existente. A escola, não foge à norma do padrão cisnormativo existente na sociedade e assim sendo estudos demonstram que a existência dessa hierarquização dentro do ambiente escolar reforça, inconscientemente, o conservadorismo e o preconceito sobre a identidade de género criando-se assim um ambiente hostil e desfavorecedor para os jovens trans (Lugg, Mayo & Miller, 2018).

As micro agressões a nível interpessoal no contexto educativo, tomam parte do dia a dia vivido pelos/as jovens trans. Estas agressões podem ser direcionadas aos/às jovens quer por parte do grupo de pares quer por parte de funcionários e professores. Num estudo realizado por McGuire em 2010 nos E.U.A, é possível perceber que a probabilidade de ouvir algum comentário negativo por parte dos trabalhadores que integram a comunidade escolar é maior do que a probabilidade de estes impedirem ou travarem alguém que esteja a proferir comentários negativos acerca dos jovens trans (31% vs 25%). Dentro das micro agressões subsiste também, o *bullying* transfóbico. Este é

uma forma específica de *bullying* onde a violência é exercida de forma continuada e contra a pessoa trans devido à sua identidade de género, orientação sexual ou até mesmo pela sua expressão de género (Domínguez-Martínez & Robles, 2019).

Num discurso de um/uma participante no estudo este/esta relata situações de gozo que ocorriam contra a sua pessoa. Estas situações estão relatadas no estado da arte, no “Projeto Educação LGBTI“ dinamizado pela Rede ex aequo (Rede ex aequo, 2020) Quando os participantes nesse mesmo projeto são questionados sobre a frequência com que assistem a situações de gozo, discriminação ou violência com base em questões relacionadas com a orientação sexual, identidade ou expressão de género e características sexuais, 79,2 % afirma assistir a situações em que os pares são vítimas de situações descritas.

No estudo realizado por Sausa (2005), esta descreve inúmeros relatos que demonstram situações diárias de assédio, abuso físico, situações de tortura onde os jovens são seguidos, empurrados, espancados, batidos, e até mesmo situações de ameaças com recurso a utilização de armas. 96% dos participantes do estudo afirmam já terem sido insultados verbalmente na escola, 83% dos participantes relatam situações de assédio a nível físico (Sausa,2005). Alguns dos nossos participantes relatam, também, situações como as descritas pela autora, como agressões físicas, bullying e ameaças.

Os/as jovens trans sofrem diariamente elevados níveis de assédio devido ao seu género o que resulta em elevados níveis de abandono escolar, uso de substâncias, ideação suicida e automutilação. Este grupo de jovens é considerado a população mais vulnerável existente em contexto educacional (Leonardi & Meyer, 2018; Miller, 2016).

Sausa (2005) apresenta diversos pontos relatados pelos/as jovens trans em contexto escolar e um deles prende-se aos espaços escolares divididos de acordo com o género do aluno, como é o caso das aulas de educação física, balneários e casas de banho.

Os participantes relatam terem medo de frequentar estes espaços e muitas vezes tendem a evita-los, pois não têm outra opção. Vários participantes relatam evitar as aulas de educação física e os respetivos balneários, um dos participantes narra que:

O uso das casas de banho também são um espaço que causa desconforto pois são espaços divididos por sexo. É apontada como opção a criação de casas de banho de género neutro (Woolley, 2017). Em Portugal foi entregue no parlamento, um projeto de lei no ano de 2022 onde os alunos poderão escolher a casa de banho que frequentam segundo o seu género, no entanto até ao momento da elaboração da presente dissertação não sofreu qualquer avanço. O discurso dos/as nossos/as participantes demonstra uma relação com a literatura apresentada, pois é relatado pelos/as mesmos/as como situações de desconforto ou até mesmo medo o uso das casas de banho.

Outro dos temas abordados pelos nossos jovens participantes nos seus discursos como fator que gera segurança é a lei da autodeterminação. Tendo como base a lei nº 38/2018 os menores de idade entre os 16 e os 18 anos, poderão a partir do momento, através dos respetivos representantes legais, solicitar a mudança de sexo e respetivo nome no registo civil. Ainda nesta lei é atestado que após a emissão de um novo documento legal dos visados, este não deve fazer qualquer referência à identidade anterior exposta em antigos documentos. A nível educacional e tendo como base o artigo 12º da lei 38/2018 as escolas e todo aquele que é o sistema de ensino devem exercer o direito à autodeterminação da identidade e expressão de género bem como o direito à proteção das características sexuais dos jovens.

Segundo um estudo realizado por Ramalho, Silva e Santos (2014) mostra que 27,9 % dos participantes relata sentirem insegurança devido à sua expressão de género e dessa mesma insegurança, pode resultar num abandono escolar precoce. São também de referir os números referentes ao absentismo sendo que existe uma probabilidade

quatro vezes superior de ter faltado às aulas no caso de jovens vítimas de discriminação face à sua identidade de género o que demonstra de facto, o absentismo e o abandono escolar (Ramalho, Silva & Santos, 2014). Os participantes do estudo apesar de nenhum relatar o desejo ou o abandono do ensino, muitos relatam a mudança ou a vontade de mudança de estabelecimento de ensino bem como situações de absentismo.

Apesar das diversas situações de discriminação relatadas pelos jovens em contexto escolar, também existem discursos que demonstram experiências positivas e de suporte em contexto educacional e quando as vivências assumem essa dimensão, a escola ou ensino, funciona para o jovem como fator de proteção.

A subcategoria seguinte denomina-se “Forma de tratamento em contexto escolar” e foi concebida ainda com base no objetivo “Explorar se estes/as jovens já se sentiram vítimas de algum tipo de discriminação e se precisaram de algum tipo de suporte para ultrapassar essa(s) situação(ões)”. A comunidade trans foi abrangida pela lei portuguesa pela primeira vez no ano de 2011. Previamente a essa data existia um vazio legal enorme face à existência de reconhecimento por parte da lei da identidade das pessoas trans o que originava situações de desrespeito, humilhação e recusa do acesso ao reconhecimento legal da identidade da comunidade trans (ILGA, 2016).

Toda esta situação teve uma reviravolta com a implementação da lei N°7/2011, de 15 de março, que veio trazer reconhecimento à identidade de género e permitia às pessoas trans o procedimento de mudança de sexo e respetivo nome próprio no registo civil, sendo assim apontada como a primeira lei de reconhecimento da identidade de género a nível do contexto europeu. Em 2018, surgiu a lei n° 38/ 2018 os menores de idade. entre os 16 e os 18 anos, poderão a partir do momento, através dos respetivos representantes legais, solicitar a mudança de sexo e respetivo nome no registo civil. Ainda nesta lei é atestado que após a emissão de um novo documento legal dos visados, este não deve fazer qualquer

referência à identidade anterior exposta em antigos documentos. A nível educacional e tendo como base o artigo 12º da lei 38/2018 as escolas e todo aquele que é o sistema de ensino devem exercer o direito à autodeterminação da identidade e expressão de género. Como referido anteriormente, em alguns discursos dos nossos participantes é possível observar que esta legislação lhes trouxe uma sensação de segurança e paz.

3.1.3. Resultados das entrevistas dos pais participantes

No presente tópico o leitor poderá encontrar os resultados obtidos no grupo de pais participantes e a respetiva discussão desses mesmos resultados, com base no estado da arte.

3.1.3.1. Categoria 1- Ser pai/ mãe de um/uma jovem trans

Na presente categoria foram englobadas três subcategorias: “o *coming out* no contexto familiar”, “Acompanhamento Psicológico”, “Ajudas aos pais”.

Na subcategoria referente ao “*coming out* no contexto familiar” os pais participantes relatam terem tido conhecimento da identidade de género dos/as seus/suas filhos/as através dos mesmos como é possível identificar-se nas falas seguintes:

Tive conhecimento através do meu filho, porém não fui o primeiro a quem contou.

Nuno, 43 anos.

Ele me contou. Alice, 43 anos

A participante Maria, mãe do João, relata que o processo de *coming out* pelo filho foi realizado através da escrita de uma carta pelo mesmo:

Ele escreveu-me uma carta e deixou-a na minha mesinha de cabeceira. Ao acordar li essa tal carta. Fui a primeira familiar a saber, mas pelo que me contou já tinha alguns amigos na internet com quem partilhavam mutuamente a experiência da transexualidade. Maria, 42 anos.

Já Cátia, mãe do participante Rui, acrescenta que:

Através dele e da minha perceção enquanto mãe e Socióloga. Cátia, 55 anos.

Ainda na subcategoria referente ao “coming out no contexto familiar” os pais participantes relatam vivenciaram este coming out:

No início foi um choque, mas mantivemos sempre a postura para não fazer com que ele se sentisse diferente. Nuno, 43 anos.

Senti-me completamente sem chão (...). Não sabia como reagir. Estava com muito medo que o meu filho fosse assim pois isso significaria muito sofrimento para a vida dele. Muito preconceito e muitas dores de cabeça no que toca a procedimentos médicos. E no fundo também tinha imenso preconceito dentro de mim mesma contra a comunidade LGBT. Maria 42 anos.

A mãe Alice refere que o seu pensamento recaiu sobre:

Preconceito de outras pessoas. Alice, 35 anos.

A participante Cátia, relata que:

Senti de imediato que perdi a minha filha, para ter mais um filho homem. sensação de perda e, ao mesmo tempo, de medo por saber que a sua transição seria dolorosa e longa. Nenhuma mãe gosta de ver um filho sofrer. Cátia, 55 anos.

Ainda a cerca da subcategoria em questão alguns participantes acrescentam que:

No início só partilhei o que se estava a acontecer com a minha irmã mais próxima. Depois passado algum tempo quando me sentia mais segura comecei a prepara o meu discurso e vocabulário, com a ajuda do meu filho, para poder confrontar as pessoas que eu sabia que não iriam aceitar de todo o meu filho. Ele tinha muito medo de se chegar á frente e ser ele mesmo a sair do armário para cada pessoa por isso tomei a responsabilidade de o fazer, para o seu conforto e proteção. (...).

A participante Maria acrescenta que:

(...) sei que por exemplo uma das minhas irmãs não o convida a sua casa desde que ele saiu do armário (...). Maria, 42 anos.

A participante Alice relata suporte:

Apoiamos. Alice, 35 anos.

Cátia, mãe do Rui, revela a dificuldade que sentiu na seguinte fala:

As opiniões variam, no início. Ser lésbica é bem mais fácil de aceitar, do que ouvir: sou TRANS. Cátia, 55 anos.

Debruçando-nos ainda sobre a subcategoria “*coming out* no contexto familiar” os pais participantes, quanto à forma de tratamento no seio familiar, narram que:

Sim em todos os momentos, mesmo quando falamos dele no passado quando não teria saído do armário. Sempre respeitamos o seu nome e pronomes atuais. Maria, 42 anos.

Sim [é tratado pelo nome e pronome escolhidos] Alice, 35 anos.

Ainda está no processo de adaptação, esse tratamento de ELA para ELE! Cátia, 55 anos.

Apenas o participante Nuno relata que no seio familiar o tratamento é consoante o sexo atribuído à nascença.

Ainda no tangente à subcategoria “O *coming out* no contexto familiar” as participantes Maria, Alice e Cátia, descrevem que deveriam obter ajudas tais como:

Informação sobre os processos de transição, apoio psicológico, meio de sabermos como falar com os nossos filhos sobre transexualidade para aprendermos a lidar com tanta mudança repentina ou para sabermos conversar sobre o assunto e percebermos melhor como ajuda-los nesta jornada. Maria, 42 anos.

Apoio Psicológico. Alice, 35 anos.

Esclarecimentos ao nível do processo transitório, acompanhamento psicológico de grupo, tratamentos gratuitos e céleres. Cátia 55 anos.

Segue-se a subcategoria “Acompanhamento Psicológico” e nesta todos os participantes relatam que nunca procuraram ajuda psicológica para si mas duas mães, Maria e Cátia, relatam apenas terem procura essa ajuda para os/as seus/suas filhos/as, como é possível perceber nas seguintes falas:

Para mim nunca, mas para o meu filho sim. Ele sempre me disse que era bom eu ter acompanhamento psicológico porem com as nossas condições financeiras mal conseguimos que ele frequente um psicólogo por isso os dois juntos seria impossível.
Maria, 42 anos.

Para a minha filha/o, sim. Para mim, mais a questão da ansiedade já habitual que me levou às consultas de Psiquiatria, mas que nada teve a ver com a sua situação sexual. Cátia, 55 anos.

3.1.3.2. Categoria 2- Ser trans na sociedade e na escola

A presente categoria engloba única e exclusivamente a subcategoria “Perceção dos pais sobre experiências e vivências dos/as seus/suas filhos/as enquanto jovens e alunos/as trans” esta subcategoria foi redigida como forma de corresponder aos objetivos do presente estudo. Nas falas seguintes, dos pais participantes é possível observar-se que apesar de alguns pais relatarem situações de discriminação ou *bullying*, quer em ambiente escolar como por parte da sociedade, outros relatam não terem conhecimento das mesmas, ou acabam por não responder à questão. A nível de discriminação por parte da sociedade os pais relatam que:

Infelizmente sei que ele não partilha comigo essas situações pois como ele mesmo diz "Não te quero preocupar". Mas sei que esta sociedade é muito cruel. Sei unicamente que nunca vi o meu filho magoado fisicamente e ou a precisar de uma ida ao Hospital por ferimentos físicos. Maria, 42 anos.

Que eu saiba não. Nuno, 43 anos.

Não. Alice, 35 anos.

E apenas uma das mães participantes relata que:

Assisti a uma situação na Alemanha, que não me agradou! Um idoso praticamente o empurrou da casa de banho masculino, uma vez que se apercebeu que era uma menina. Cátia, 55 anos.

Sobre as experiências dos seus filhos a nível educacional os relatos dos pais variam, pois, alguns relatos demonstram que os pais têm ou tiveram conhecimento de situações de discriminação ou *bullying* nesse contexto, outros relatos demonstram que os pais não obtiveram conhecimento como é possível ler nas seguintes falas:

Sei unicamente que sofreu bastante bullying antes de sair do armário e nos primeiros tempos de mudança de corte de cabelo e roupas. E foi precisamente nesse tempo em que tomei conhecimento e fui á escola falar sobre isso. Não sei ao certo o que levou á resolução deste bullying, visto que pelo que o meu filho me disse a escola não fez absolutamente nada sobre, mas felizmente parou. Maria, 42 anos.

Não. Nuno, 43 anos.

Não. Alice, 35 anos.

Nada que possa ter advindo dessa situação. Cátia, 55 anos.

3.2.2. Discussão dos resultados

Para o grupo de pais participantes estabeleceram-se um total de quatro objetivos específicos. O objetivo específico que visa “Aferir de que forma os pais tiveram conhecimento que o seu/sua filho/a é trans” deu origem à subcategoria “O *coming out* no contexto familiar”. Ser pai ou mãe de um/uma jovem trans implica uma desconstrução daquela que é a expectativa criada pela família mesmo antes do nascimento, quando descobrem o sexo do bebé é inevitavelmente idealizado um percurso tendo em conta o género congruente com esse mesmo sexo. Através dos discursos dos pais participantes é possível retirar-se duas grandes temáticas fundadas pela literatura: as primeiras pessoas com quem o jovem realiza o *coming out* e a perceção dos pais antes do *coming out*. Como demonstrado por Lev (2004) no modelo apresentado, os jovens quando realizam o *coming out* fazem-no primeiramente diante de pessoas significativas para os mesmos podem ser familiares, amigos ou outros. Na maioria dos discursos apresentados, é possível observar-se que em alguns casos e apesar de os pais terem conhecimento através dos/as filhos/as sobre a sua identidade de género não normativa, estes não foram os primeiros com quem os/as jovens partilharam sobre a sua identidade de género.

No que diz respeito à perceção que antevêm o *coming out*, num estudo qualitativo realizado por Moreira (2014), os pais participantes relatam que desde cedo notavam algo diferente, no entanto, não demonstravam grande importância ou preocupação considerando ser apenas uma fase (Moreira, 2014), num dos discursos apresentados por uma mãe participante esta demonstra que enquanto mãe a sua

percepção sobre a identidade de género, não normativa, do seu filho já existia mesmos antes do processo de *coming out*.

Ainda na presente subcategoria referente ao “*coming out* no contexto familiar” e de encontro ao objetivo específico “Indagar os pensamentos e sentimentos experienciados pelos pais ao saberem da identidade de género do/a seu/sua filho/a” os discursos dos pais apesar de descreverem reações, sentimentos e pensamentos distintos, mas todos vão de encontro ao descrito na literatura, como o sentimento de perda, o medo, o choque e a surpresa. Após o *coming out* no seio familiar, podem surgir várias reações e espera-se que, numa primeira fase surja um conflito de ideias, de incerteza e choque inicial (Lev, 2004; Menvielle & Rodnan, 2011; Raj, 2008).

Os pais e as mães destas crianças ou jovens trans podem viver divergências tendo em conta o género do seu/sua filho/a: por um lado podem perceber que o seio familiar é o suporte do jovem e que este tem uma importância elevada na vontade do seu/sua filho/a, por outro lado, podem vivenciar uma enorme preocupação devido às vivências do/a seu/sua filho/a ao longo da sua vida, nomeadamente serem alvo do estigma social, ou experienciarem situações de violência (Newcomb et al., 2018).

Também é de salientar que após o *coming out* do seu/sua filho/a é possível que surja um sentimento de perda, como referido no relato da mãe Cátia, pois como descreve Cooper (2009), muitas vezes os pais precisam de tempo para gerir uma perda de um relacionamento e de uma vida que eles projetaram, bem como a necessidade de projeção e educação para criar um novo futuro.

A família tem um papel fundamental como fator de proteção dos jovens trans pois, é possível observar-se que o facto dos jovens trans serem apoiados pelo seu núcleo familiar e quando lhes é dada a oportunidade de viverem aquela que é a sua identidade de género, a relação entre os familiares e o/a jovem fica mais fortalecida e a cumplicidade

também se fortalece (Platero, 2014; Moreira, 2014). Assim, os jovens trans que experienciam aceitação no seu seio familiar relatam menores níveis de depressão, uso de substâncias, ideação e tentativa de suicídio bem como uma maior autoestima, apoio e saúde no geral (Olson et al., 2016; Ryan et al., 2010; Simons et al., 2013).

No entanto, a família nem sempre funciona como fator de proteção como podemos observar no relato de Maria, onde esta afirma que uma das suas irmãs deixou de convidar o seu filho para sua casa desde que este fez o *coming out*. Como descreve a associação ILGA (2018), 24,86% das situações de discriminação denunciadas, ocorrem em casa.

A questão relatada pela mãe Cátia de ser mais fácil lidar com um *coming out* relativo à orientação sexual do que ligado à identidade de género, está precisamente relacionado às expectativas criadas pelos familiares relatadas acima, uma vez que no caso da orientação sexual apenas ter impacto nas pessoas que o/ filho/a se sente atraído/a de formas distintas, a identidade de género muda a configuração total do que estava planeado para aquela pessoa, uma vez que altera também o género que lhe foi atribuído consoante o seu sexo de nascimento.

Os discursos dos participantes em relação ao nome utilizado no contexto familiar revelam que a maioria dos participantes utiliza os nomes e pronomes escolhidos pelo/a jovem. A nível de literatura encontrada em relação ao uso dos pronomes escolhidos no ambiente familiar, não é muito vasta, no entanto, é possível observar-se que esse ato consta, juntamente com outros, como uma das medidas de apoio ao jovem a serem dadas pelos familiares (Platero, 2014). No entanto, é de salientar que toda esta mudança do construto outrora criado pelos pais é um processo, que muitas vezes pode demorar o seu tempo.

Ainda no tangente referente à subcategoria “O *coming out* no contexto familiar” visa abordar também o objetivo específico “Explorar que ajudas, os pais dos jovens trans,

consideram importante serem disponibilizadas aos mesmos ou que já procuraram”. O processo de *coming out* para a família do jovem trans não é fácil uma vez que implica que, neste caso os pais, lidem com muitas emoções e sentimentos que nunca tiveram que lidar previamente e o discurso dos participantes demonstra a importância de diversas ajudas desde o acompanhamento psicológico até à obtenção de informação. No guia lançado pela AMPLOS (2021), é descrito que apesar de todo o amor que os familiares sintam pelo jovem trans, é presumível que surjam diversas dificuldades em gerir esta situação e podem acabar por experienciar situações de grande ansiedade. Posto isto a AMPLOS, reflete sobre a importância de os familiares procurarem informação correta e apoio também para si próprios, quer seja através de um apoio profissional ou através de pares, como por exemplo outras famílias que estejam a passar pelo mesmo (AMPLOS, 2021).

Segue-se a subcategoria “Acompanhamento Psicológico” que foi concebida tendo como suporte o objetivo específico que visa “Explorar que ajudas os pais dos jovens trans, consideram importante serem disponibilizadas aos mesmos ou que já procuraram” e tendo como base o discurso dos participantes nenhum dos pais participantes procurou ajuda psicológica para si e apenas duas das participantes revelam terem procurado ajuda de um/uma psicólogo/a para os/as seus/suas filhos/as. Segundo a literatura o acompanhamento Psicológico não só aos jovens trans como aos seus familiares assume um papel importante pois, como demonstra Mallon & DeCrescenzo (2009), os pais e as mães após o *coming out* dos/as seus/suas filhos/as trans vêm-se a ter que lidar, não só com o choque, mas também com sentimentos de culpa, raiva, o luto, a negação e/ou a vergonha. e a acrescentar a todas estas questões vivenciadas pelos pais, estes acarretam diariamente preocupações sobre diversos assuntos que envolvem o/a jovem trans, como a sua segurança, saúde, as cirurgias bem como com as potenciais relações amorosas dos/as

filhos/as. (Mallon & DeCrescenzo, 2009). A AMPLOS (2021), relata que os pais no processo de *coming out* dos/as filhos/as muitas vezes experienciam sentimentos e situações que até ao momento nunca tinham experienciado e tudo isso pode gerar grandes níveis de ansiedade, assim sendo é de uma grande importância que estas famílias procurem também para si apoio, neste caso, junto de um profissional (AMPLOS, 2021).

Como já anteriormente referimos, quanto ao acompanhamento Psicológico aos/às jovens trans, este assume um papel bastante importante, uma vez que estes jovens, enfrentam questões e riscos elevados de problemas a nível psicológico, como isolamento social, stress, ansiedade, depressão e/ou suicídio (OPP, 2015).

O objetivo específico seguinte a ser abordado, pretende “Averiguar se os pais têm conhecimento de algum tipo de discriminação ou *bullying* vivenciado pelo/a seu/a filho/a” e deu origem à subcategoria “Perceção dos pais sobre experiências e vivências dos/as seus/suas filhos/as enquanto jovens e alunos trans”.

A nível social o discurso da maioria dos pais participantes revela que estes não têm conhecimento de qualquer situação à exceção de uma das participantes que narra uma situação que ocorreu nesse mesmo contexto com o seu filho. A nível educacional, a maioria dos pais participantes narram não terem conhecimento de nenhuma das situações referidas à exceção de uma mãe que descreve a experiência do seu filho em situações como as referenciadas em contexto educacional. Através da revisão da literatura é possível perceber-se que o facto de muitas vezes os pais não terem conhecimento sobre situações de *bullying* ou discriminação que pode ocorrer em diversos contextos, deve-se ao facto, de segundo a Amnistia Internacional (2016) as vítimas muitas vezes tendem a adotar o silêncio e não contar sobre as suas experiências por vergonha ou por medo do/a agressor/a.

No entanto, quando os pais destes jovens tomam conhecimento ou vivenciam

situações de discriminação, preconceito ou *bullying* face ao seu/sua filho/a enquanto pessoa trans, estas são bastante difíceis de gerir, provocando um mal estar aos pais tendo consequências bastante negativas na sua saúde mental (Almeia et al, 2021). É de salientar que a família assume um papel importantíssimo como fator de proteção dos/as jovens trans e por esse motivo podem de facto dar o apoio necessário de diversas formas, quando ocorrem situações de discriminação contra o/a seu/sua filho/a (AMPLOS,2021).

Síntese

No estudo realizado nesta dissertação foi utilizada uma abordagem qualitativa de cariz fenomenológica e descritiva uma vez que pretendemos compreender o fenómeno através da recolha de dados narrativos, estudando quer particularidades, como as experiências a nível individual. Tínhamos como principal objetivo descrever as experiências e vivências de jovens trans e dos seus pais, nos contextos escolar e social.

Após uma revisão da literatura existente foram concebidos os guiões das entrevistas estruturadas pela investigadora e respetiva orientadora e após o parecer favorável da comissão de ética foi realizado o contacto com os participantes o que resultou na administração de um total de dez entrevistas estruturadas. Seis delas administradas aos/às jovens trans participantes no estudo e quatro das entrevistas administradas aos pais/mães dos/as respetivos/as jovens.

Os resultados obtidos no presente estudo demonstram que os jovens, com mais ou menos frequência, vivenciam situações de discriminação, *bullying* ou preconceito em diversos contextos da sua vida, e realizados por múltiplos agentes agressores sejam eles pares ou adultos. Face à família é possível observar que o processo de *coming out* traz bastantes questões tanto aos jovens como aos familiares, no caso do presente

estudo, aos pais. Podem vivenciar níveis elevados de stress, ansiedade, medo, confusão ou sentimentos de perda, uma vez que o momento representa toda uma desconstrução do que foi previamente definido e idealizado para o jovem, com base no seu género congruente com o sexo atribuído à nascença.

Considerações finais

Os estudos existentes sobre os jovens trans, encontram-se de facto em crescendo, no entanto ainda existe um longo caminho a percorrer para que seja possível uma melhor compreensão daquelas que são as experiências e das consequências trazidas pelas mesmas aos/às jovens trans e consequentemente à sua família.

Ser um/a jovem trans numa sociedade predominantemente cisnormativa está fora dos padrões do normal e aceitáveis decretados pela sociedade (Brito, 2018) e por esse mesmo motivo os/as jovens trans vivem diariamente situações discriminatórias em diversos contextos que o abrangem. Apesar do aumento dos estudos relativos às identidades trans, já em 2001 os jovens trans são considerados a população adolescente mais vulnerável sofrendo, muitas vezes, diversos tipos de preconceito, assédio e violência quer por parte do grupo de pares quer por parte de adultos (Human Rights Watch, 2001). Assim, partimos então da pergunta de partida: Como são experienciadas pelos participantes (jovens) as suas vivências enquanto pessoas trans em contextos escolar e social? E como vivenciam os pais destes jovens essas experiências?

Para tal, foram elaborados os seguintes objetivos para o grupo de jovens participantes: Apurar com que idade os/as jovens trans tomaram consciência que a sua identidade de género não correspondia ao seu sexo atribuído à nascença; Indagar os pensamentos e sentimentos dos/as jovens trans ao perceberem que a sua identidade de género não correspondia ao seu sexo biológico; Explorar a forma como os/as jovens trans

deram conhecimento à família sobre a sua identidade de género e como perceberam a reação desta; Explorar se estes/as jovens já se sentiram vítimas de algum tipo de discriminação e se precisaram de algum tipo de suporte para ultrapassar essa(s) situação(ões); Descrever a importância, para os/as jovens trans, dos procedimentos relativos ao processo de mudança de sexo.

Quanto aos pais definimos os objetivos específicos que se seguem: Aferir de que forma os pais tiveram conhecimento que o seu/sua filho/a é trans; Indagar os pensamentos e sentimentos experienciados pelos pais ao saberem da identidade de género do/a seu/sua filho/a; Averiguar se os pais têm conhecimento de algum tipo de discriminação ou *bullying* vivenciado pelo/a seu/a filho/a; Explorar que ajudas, os pais dos/as jovens trans, consideram importante serem disponibilizadas aos mesmos ou que já procuraram.

A recolha de dados para o presente estudo foi realizada através da administração de um guião de entrevistas estruturadas quer aos pais, quer aos/às jovens. Ambos os grupos responderam a todas as questões sem a presença da investigadora, por opção dos mesmos.

Os objetivos a que nos propusemos foram alcançados e assim temos como principais resultados:

- A idade de consciencialização identitária situa-se maioritariamente na fase da adolescência
- Os sentimentos experienciados pelos/as jovens participantes refletem medo, confusão, negação e angústia.
- Em contexto familiar os/as jovens, revelam maioritariamente experiências de suporte, apesar daquelas que são as reações iniciais.

- A nível do contexto educacional os/as jovens revelam algumas experiências de *bullying*, discriminação e preconceito sendo os autores não só os pares como o pessoal docente e não docente
- Quanto ao contexto social os/as jovens revelam a vivência de situações de discriminação a diversos níveis, seja no erro dos seus pronomes, como ameaças física e discriminação verbal.
- No que diz respeito ao acompanhamento psicológico os/as jovens, quase na sua totalidade, têm acompanhamento psicológico.

Os principais resultados obtidos no estudo, no que se refere aos pais revelam que:

- No processo de *coming out* os pais experienciam sentimentos de perda, choque inicial, angústia e medo.
- Em contexto familiar os pais revelam maioritariamente experiências de aceitação, independentemente das reações iniciais.
- Nos contextos educacionais e sociais os resultados revelam que os pais participantes, na sua maioria, não têm conhecimento de situações de discriminação ou *bullying*.
- No que diz respeito ao acompanhamento Psicológico os resultados revelam que nenhum pai/mãe participante tem acompanhamento Psicológico devido à identidade de género não normativa dos/as seus/suas filhos/as.

Foi possível apurar a importância do desenvolvimento desta temática, nos diferentes contextos. É necessário que as pessoas tenham a informação necessária e correta, que a nível escolar existam programas a realizar quer com alunos quer com professores que abordem a temática trans, como o “O Projeto Educação LGBTI” desenvolvido pela associação Rede ex aequo abordado no 1º capítulo.

A nível das famílias e dos jovens são enumeradas as associações e instituições que fornecem apoio, informações e ajudas para viverem a questão da transexualidade e tudo o que isso implica, da melhor forma possível e para que o jovem trans tenha o suporte e apoio necessário dos diferentes contextos da sua vida. É de salientar também a importância do acompanhamento Psicológico aos jovens trans e também às respetivas famílias.

Num guia lançado pela AMPLOS (2021) de apoio às famílias de jovens trans, é possível ter acesso a diversas instituições e associações que podem ser úteis quer para os familiares quer para os jovens na procura de apoio e informações:

AMPLOS- Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e de Identidade de Género; CIG- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género; API- Associação pela Identidade; Associação Plano I ; ILGA- Intervenção LGBTI; TransMissão: Associação Trans e Não- Binária; GAF- Gabinete de Apoio à Família; entre muitas outras.

O presente estudo teve algumas limitações devido à dificuldade e impedimento de acesso à população de forma direta, como consequência desta limitação algumas questões poderiam ter sido mais desenvolvidas e aprofundadas. Outra das limitações prende-se à escassez de literatura à cerca da temática, principalmente a nível nacional.

Acredita-se que o presente estudo poderá dar o seu contributo para que seja possível compreender-se melhor as vivências dos jovens trans, diariamente, por apenas quererem ser eles mesmos. Os resultados que obtivemos levam-nos, assim, a preconizar as seguintes ações:

- 1- Formação para pais;
- 2- Formação para agentes educativos (professores, psicólogos, assistentes sociais, assistentes operacionais...);

3- Informação clara e concisa passada através dos media;

4- Formação para alunos/as;

Para investigações futuras pretende-se criar um plano de intervenção para ser desenvolvido em contexto escolar que aborde e explique a temática trans, bem como chegar a um maior número de participantes e explorar profundamente estas mesmas vivências experienciadas pelos jovens trans.

Como mote de conclusão, ficam as seguintes reflexões dirigidas a pais de jovens trans e aos jovens trans, narradas por dois participantes no estudo, um jovem trans e uma mãe de um jovem trans:

Dirigido aos pais de jovens trans: (...) *Ajudem os seus filhos, que os escutem, que os aceitem e, sobretudo, que os deixem ser felizes pois, estando felizes, nós pais, também estaremos. Fácil de falar, difícil de aceitar, mas caminhem lado a lado, para que o percurso seja menos duro para ambos! Cátia, 55 anos.*

Dirigido aos/às jovens trans: *Sê tu próprio(a), não deixes que alguém te diga aquilo que tu és e acima de tudo tem orgulho na pessoa que és. Força para todas as vossas batalhas diárias e acredita que um dia tudo valerá a pena. José, 18 anos*

Referências Bibliográficas

Airton, L., Meyer, E. & Tilland-Stafford, A. (2016). Transgender and Gender-Creative students in PK-12 schools: What we can learn from their teachers. *Teachers College Record*, 118, 1-50.

https://www.researchgate.net/publication/307044198_Transgender_and_Gender-Creative_Students_in_PK-12_Schools_What_We_Can_Learn_from_Their_Teachers

Abreu, R. L., Rosenkrantz, D. E., Ryser-Oatman, J. T., Rostosky, S. S., & Riggle, E. D. (2019). Parental reactions to transgender and gender diverse children: A literature review. *Journal of GLBT Family Studies*, 15(5), 461–485.

<https://doi.org/10.1080/1550428X.2019.1656132>

Alvarenga, M.A.D.F.P., & Rodrigues, E.E. (2015). Transexualidade e dignidade de pessoa humana. *Eletrônica do direito*, 10(1),72-93.

<https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/18583>

Amnistia Internacional (2016). *Stop Bullying: Um recurso educativo baseado nos direitos humanos para combater a discriminação*. https://www.amnistia.pt/wp-content/uploads/2017/10/Manual_-Stop_Bullying_AI_Portugal.pdf

AMPLOS (2021). *Guia para famílias de pessoas trans*. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2022/03/AMPLOS-Amp_Fam_GuiaTrans_AF_Single-1.pdf

Andreou, E. (2000). Bully/victim problems and their association with psychological constructs in 8- to 12-year-old Greek schoolchildren. *Aggressive behavior*, 26(1), 49-56.

https://www.researchgate.net/publication/229627326_Bullyvictim_problems_and_their_association_with_psychological_constructs_in_8- to_12-year-old_Greek_schoolchildren

Aparicio-García, M. E., García-Nieto, I. & Magalhães M. (2020). Transition Trajectories: Contexts, Difficulties and Consequences Reported by Young Transgender and Non-Binary Spaniards. *Int J Environ Res Public Health* 17(18).

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7558185/>

APAV (2011). Compreender, intervir e prevenir situações de violência. *Manual de Crianças e Jovens*. https://www.apav.pt/pdf/Manual_Crianças_Jovens_PT.pdf

APA (2013). *Manual de Diagnóstico e Estatística das perturbações mentais* (5º edição)
American Psychological Association (2021). APA Task Force on Psychological Practice with Sexual Minority Persons. *Guidelines for Psychological Practice with Sexual Minority Persons*. www.apa.org/about/policy/psychological-practice-sexual-minority-persons.pdf.

APAV (2020). *Folha Informativa Bullying*.
https://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/FI_Bullying_2020.pdf

Bardin, L. (2006). *Análise de Conteúdo*. (4ª edição). Edições 70.

Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. (6ª edição). Edições 70.

Batista, S & Ponte, C., (2019). EU Kids Online Portugal. Usos, competências, riscos e mediações da internet reportados por crianças e jovens (9-17 anos). EU Kids Online e NOVA FCSH. <https://fabricadesites.fcsb.unl.pt/eukidsonline/wp-content/uploads/sites/36/2019/03/RELATO%CC%81RIO-FINAL-EU-KIDS-ONLINE.docx.pdf>

Benetti & Oliveira (2016). O poder terapêutico da escrita: quando o silêncio fala alto. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*. 8 (19), 67-76.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69050>

Benjamin, H. (1999). The Transsexual Phenomenon. *Symposium Publishing*, 10-19.
https://transreads.org/wp-content/uploads/2019/04/2019-04-07_5ca961529c262_HarryBenjamin-TheTranssexualPhenomenon1copy.pdf

Bento K. C. M., Humpel P. R. A . & Madaba C. M., (2019). Bullying vs. Educação escolar inclusiva. *Psicopedagogia*, 36 (111), 378-90.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v36n111/12.pdf>

Bicalho, P. P. G., Macedo, G. S. & Natal-Neto, F. O. (2016). The criminalization of Transsexual Identities at School: Effects and Resistance in School Place. *Psico. Ensino & Form.*, 7 (1), 78-86. <http://dx.doi.org/10.21826/2179-58002016717886>.

Bogdan & Biklen (1994). *Investigação qualitativa em educação- uma introdução à teoria e aos métodos*.

https://www.academia.edu/6674293/Bogdan_Biklen_investigacao_qualitativa_em_educacao

Burgess, C. (1999). Internal and external stress factors associated with the identity development of transgendered youth. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 10, 35-47. https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J041v10n03_03

Butler (2017). *Problemas de Género. Feminismos e subversão da identidade*. (1ª edição). Orfeu Negro.

Brito, S. (2018). *Infância(s) e Género(s): A Normatização da Expressão de Género na Infância*. Tese de Mestrado, Universidade do Porto, Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/116724/2/298886.pdf>

Brumbaugh-Johnson, S. M., & Hull, K. E. (2019). Coming Out as Transgender: Navigating the Social Implications of a Transgender Identity. *Journal of Homosexuality*, 66(8), 1148– 1177. <https://doi.org/10.1080/00918369.2018.1493253>

Carlos, J.P.C.S. (2015). *Bullying na adolescência: Perfil psicológico de agressores, vítimas e observadores*. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23170/1/ulfpie047687_tm.pdf

Carvalho, I. V. (2021). *Experiências e Vivências de Crianças e Jovens Trans*: A Reinvenção do Saber e da Práxis do Serviço Social*. Tese de Mestrado, Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Porto. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/37875/1/InesCarvalho.pdf>

Código Processo Penal Português, decreto de lei n.º 48/95, Diário da República, série I-A. <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/1995-34437675-108044756>

Cooper, K. (2009). Social work practice with transgender and gender variant youth and their families. Em G. P. Mallon, *Social work practice with transgender and gender variant youth*, 122-134.

Clark, R., Anderson, N. B., Clark, V. R., & Williams, D. R. (1999). Racism as a stressor for African Americans: A biopsychosocial model. *American Psychologist*, 54(10), 805–816. [10.1037//0003-066X.54.10.805](https://doi.org/10.1037//0003-066X.54.10.805)

Creswell, J. W. (1998). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five designs*. (2ª edição). SAGE publications
<https://revistapsicologia.org/public/formato/cuali2.pdf>

Despacho nº38/2018 da Assembleia da República (2018). Diário da República: I série, nº 151/2018. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/38-2018-115933863>

Despacho nº7/2011 da Assembleia da República (2011). Diário da República: I série, nº 52/2011. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/7-2011-278187>

Devís-Devís, J., Pereira-García, S., López-Cañada, E., PérezSamaniego, V., & Fuentes-Miguel, J. (2018). Looking back into trans persons' experiences in heteronormative secondary physical education contexts. *Physical Education and Sport Pedagogy*, 23(1), 103–116.

<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/17408989.2017.1341477?needAccess=true>

Divan, V., Cortez, C., Smelyanskaya, M., & Keatley, J. (2016). Transgender social inclusion and equality: a pivotal path to development. *Journal of International AIDS Society*, 19(2).

Domínguez-Martínez, T. & Robles, R. (2019). Preventing Transphobic Bullying and Promoting Inclusive Educational Environments: Literature review and Implementing

Recommendations. *Archives of Medical Research*, 50 (8), 543-555.

<https://doi.org/10.1016/j.arcmed.2019.10.009>

Espelage, D., L. & Swearer, S., M. (2010). A Social-ecological Model for Bullying Prevention and Intervention: Understanding the Impact of Adults in the Social Ecology of Youngsters. *International Handbook of School Bullying: An International Perspective*, 61–72. <https://doi.org/10.4324/9780203842898>

Faria, M. (2017, Abril, 4).. A revolução de género e a infância. *Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica* https://spsc.pt/index.php/2017/04/04/a-revolucao-de-genero-e-ainfancia/#_ftnref1

Fernandes, E., R. & Ribeiro, I., V. (2018). Transfobia: Incessante Tortura. *Clareira – Revista de Filosofia da Região Amazônica*, 5(1), 1-33.

<https://www.periodicos.unir.br/index.php/clareira/article/view/4407>

Gil, A., C., (2008). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. (6ª edição).

<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>

Gonçalves S. M. P. & Matos M. G., (2009). Bullying nas escolas: Comportamentos e Percepções. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 10 (1), 3-15.

<https://www.redalyc.org/pdf/362/36219059001.pdf>

Guittar, N. A. (2013). The meaning of coming out: From self-affirmation to full disclosure. *Qualitative Sociology Review*, 9(3), 168–187 .

https://www.researchgate.net/publication/263698428_The_Meaning_of_Coming_Out_From_Self-Affirmation_to_Full_Disclosure

Grossman, A. H., Park, J. Y., Frank, J. A., & Russell, S. T. (2019). Parental responses to transgender and gender nonconforming youth: Associations with parent support, parental abuse, and youths' psychological adjustment. *Journal of Homosexuality*, 1–18.

<https://doi.org/10.1080/00918369.2019.1696103>

Hendricks M. L , & Testa R. J. (2012). A conceptual framework for clinical work with transgender and gender nonconforming clients: An adaptation of the minority stress

model. *Professional Psychology: Research and Practice*, 43(5).

<https://psycnet.apa.org/record/2012-21304-001>

Human Rights Watch (2001). *World Report 2001*.

<https://www.hrw.org/legacy/wr2k1/usa/index.html>

ILGA (2016). A lei da identidade de género: Impacto e desafios da inovação legal na área do (trans)género. *Relatório final de apresentação dos resultados*.

https://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/LIG/Relatorio_Resultados_projeto_EEA.pdf

ILGA (2018). *Homofobia e Transfobia: dados da discriminação em Portugal 2017*.

https://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/observatorio/Relatorio-Discriminacao-2017_17maio2018.pdf

ILGA. (2020). *Relatório Anual 2019: Discriminação Contra Pessoas LGBTI+*. ILGA.

https://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/observatorio/ILGA_Relatorio_Discriminacao_2019.pdf

Jesus, J. G. (2012). *Orientações sobre identidade de género: Conceitos e termos* (2º edição). [https://www.diversidadesexual.com.br/wp-](https://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf)

[content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf](https://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf)

Leonardi, B. & Meyer, E. J. (2018). Teachers' professional learning to affirm transgender, non-binary, and gender-creative youth: experiences and recommendations from the field. *Sexuality, Society and Learning*, 18.

<https://doi.org/10.1080/14681811.2017.1411254>

Lev, A. I. (2004). *Transgender emergence: Therapeutic guidelines for working with gender-variant people and their families*. Haworth Clinical Practice Press.

Lugg, C. A., Mayo C. & Miller S.J. (2018). Sex and gender in transition in US schools: ways forward. *Sexuality, Society and Learning*, 18.

<https://doi.org/10.1080/14681811.2017.1415204>

- Mallon, G. P., & DeCrescenzo, T. (2009). Social work practice with transgender and gender variant children and youth. Em G. P. Mallon, *Social work practice with transgender and gender variant youth*.65-86. <https://psycnet.apa.org/record/2008-17688-004>
- Marcos, C. M. & Moreira E. A. S. (2019). Breve percurso histórico acerca da transexualidade. *Psicologia em Revista*, 25 (2), 593-609. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v25n2/v25n2a13.pdf>
- Matos, M. G. D., & Gonçalves, S. M. P. (2009). *Bullying* nas escolas: comportamentos e percepções. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 10(1), 3-15.
- Mayock, P., Bryan, A., Carr, N., & Kitching, K. (2008). Supporting LGBT lives: a study of mental health and well-being. <https://www.hse.ie/eng/services/publications/mentalhealth/suporting-lgbt-lives.pdf>
- Menvielle, E. J., & Rodnan, L. A. (2011). A Therapeutic Group for Parents of Transgender Adolescents. *Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 20(4), 733–743. <https://doi.org/10.1016/j.chc.2011.08.002>
- Meyer, I. H. (1995). Minority stress and mental health in gay men. *Journal of Health and Social Behavior*, 36(1), 38–56. <https://www.jstor.org/stable/2137286?origin=crossref>
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*, 129(5), 674–697. <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2F0033-2909.129.5.674>
- Miller, S. (2016). Trans*+ing classrooms: The pedagogy of refusal as mediator for learning. *Soc. Sci*, 5(34), 1–17. [10.3390/socsci5030034](https://doi.org/10.3390/socsci5030034)
- Moleiro, C. & Pinto, N. (2015). Sexual orientation and gender identity: Review of concepts, controversies and their relation to psychopathology classification systems. *Frontiers in Psychology*, 6. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.01511>

Mongelli F., Perrone D., Balducci J., Sacchetti A., Ferrari S., Mattei G., Galeazzi G. M. (2019). Minority stress and mental health among LGBT populations: An update on the evidence. *Minerva Psichiatrica*, 60(1), 27-50. <https://psycnet.apa.org/record/2019-35873-005>

Moreira, C. (2014). *A Caminho da Aceitação: Vivências de mães e pais face à identidade de género dos/as filhos/as não conforme o sexo*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/78795/2/34391.pdf>

McBride, R.S. (2021). A literature review of the secondary school experiences of trans youth. *Journal of LGBT youth*, 18 (2), 103-134. <https://doi.org/10.1080/19361653.2020.1727815>

McConnell, E. A., Birkett, M., & Mustanski, B. (2016). Families matter: Social support and mental health trajectories among lesbian, gay, bisexual, and transgender youth. *The Journal of Adolescent Health*, 59(6), 674–680. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2016.07.026>

McGuire, J. K., Anderson, C. R., Toomey, R. B., & Russell, S. T. (2010). School climate for transgender youth: A mixed method investigation of student experiences and school responses. *Journal of Youth and Adolescence*, 39(10), 1175–1188. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20428933/>

Needham, B. L., & Austin, E. L. (2010) Sexual orientation, parental support, and health during the transition to young adulthood. *Journal of Youth and Adolescence*, 39, 1189–1198. <https://doi.org/10.1007/s10964-010-9533-6>

Newcomb, M. E., Feinstein, B. A., Matson, M., Macapagal, K., & Mustanski, B. (2018). “I Have No Idea What’s Going On Out There:” Parents’ Perspectives on Promoting Sexual Health in Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Adolescents. *Sexuality Research and Social Policy*, 15(2), 111–122. <https://doi.org/10.1007/s13178-018-0326-0>

Oliveira, V. H. & Pardini, B. A. (2017). Impacto da violência psicológica e transexualidade. *Psicologia- Saberes e Práticas*, 1 (1), 110-118.
<https://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/psicologiasaberes&praticas/sumario/60/12122017145609.pdf>

Olson-Kennedy, J., Rosenthal, S. M., Hastings, J., & Wesp, L. (2017). Health considerations for gender non-conforming children and transgender adolescents. Center of Excellence for Transgender Health. <http://transhealth.ucsf.edu/trans?page=guidelines-youth>

Olweus, D. (1997). Bully/victim problems in school: Facts and intervention. *European Journal of Psychology of Education*, 12(4), 495-510.
https://www.researchgate.net/publication/225364136_Bullyvictim_problems_in_school_Facts_and_intervention

OMS (2022). *Classificação Internacional de Doenças*. (11ª revisão).

ONU (2016). Gender Equality and Thesaurus from EIGE. *Living Free and Equal*, p.17
<http://eige.europa.eu/rdc/thesaurus>.

OPP (2015). *Guia Orientador da Intervenção Psicológica Guia Orientador da Intervenção Psicológica Com Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans (LGBT)*.
https://www.ordemos psicologos.pt/ficheiros/documentos/guidelines_opp_lgbt_marco_2017.pdf

Palkki, J., & Caldwell, P. (2018). “We are often invisible”: A survey on safe space for LGBTQ students in secondary school choral programs. *Research Studies in Music Education*, 40(1), 28–49. <https://doi.org/10.1177/1321103X1773497>

Peter, T., Taylor, C., Campbell, C. (2016). “You can’t break...when you’re already broken”: The importance of school climate to suicidality among LGBTQ youth. *Journal of Gay & Lesbian Mental Health*, 20(3), 195–213.
<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19359705.2016.1171188>

Podestá, L., L. (2019). Ensaio sobre o conceito de transfobia. *Revista Periódicus*, 1(11), 363-380. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i11.27873>

Platero, R. L. (2014). Trans*sexualidades: Acompanhamento, factores de salud y recursos educativos. *Barcelona: Bellaterra*.
https://www.researchgate.net/publication/268222666_Transsexualidades_Acompanamiento_factores_de_salud_y_recursos_educativos

Raj, R. (2008). Transforming Couples and Families: A Trans-Formative Therapeutic Model for Working with the Loved-Ones of Gender-Divergent Youth and Trans-Identified Adults. *Journal of GLBT Family Studies*, 4(2), 133-163,
<https://doi.org/10.1080/15504280802096765>

Ramalho, N., Silva, A., & Santos, B. (2015). A Intervenção Social com Populações "Desassistidas" em Contexto de Rua: O Caso do Pojeto 'Trans-Porta'. *Intervenção Social*, 42/45, 207-227

Rede ex aquo (2020). *Relatório do Projeto Educação LGBTI 2019*.
<https://www.rea.pt/arquivo/relatorio-pe-2019.pdf>

Rede ex aquo (sd). *Glossário LGBTI*. <https://www.rea.pt/glossario-lgbt/>

Riggs, D. W., & Bartholomaeus, C. (2018). Transgender young people's narratives of intimacy and sexual health: Implications for sexuality education. *Sex Education*, 18(4), 376–390. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14681811.2017.1355299>

Ryan, C., Russell, S. T., Huebner, D., Diaz, R., & Sanchez, J. (2010). Family acceptance in adolescence and the health of LGBT young adults. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*, 23(4), 205–213. <https://doi.org/10.1111/j.1744-6171.2010.00246.x>

Saleiro, S., P. (2017). Diversidade de género na infância e educação: contributos para uma escola sensível ao (trans)género. *Rede Ex Aequo*, 36, 149-165.

<https://doi.org/10.22355/exaequo.2017.36.09>

Sausa, A., L. (2005). Translating Research into Practice: Trans Youth Recommendations for improving School Systems. *Journal of Gay & Lesbian Issues in Education*, 3(1), 15-28. https://doi.org/10.1300/J367v03n01_04

Simons, L., Schrage, S. M., Clark, L. F., Belzer, M., & Olson, J. (2013). Parental support and mental health among transgender adolescents. *The Journal of Adolescent Health*, 53(6), 791–793. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2013.07.019>

Simmons, H., & White, F. (2014). Our many selves. *Trans bodies, trans selves: A resource for the transgender community*, 3–23. <https://psycnet.apa.org/record/2014-22739-001>

Soll, B. M. B. (2016). Incongruência de gênero: um estudo comparativo entre os critérios diagnósticos CID-10, CID-11 e DSM-5. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/143066/000994615.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Souza C.P. & Almeida L.C.P., (2011). Bullying em ambiente escolar. *Enciclopédia Biosfera*, 7(12), 179-90. <http://www.conhecer.org.br/enciclop/conbras1/bullying.pdf>

UNESCO (2017). *School violence and bullying: global status report. International Symposium on School Violence and Bullying: From evidence to action, Seoul*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246970>

UNESCO (2019). *Violência Escolar e Bullying: Relatório sobre a situação mundial*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368092>

UNICEF (2018). *An Everyday Lesson: #ENDviolence in schools*. https://www.unicef.pt/global-pages/_porfimaviolencia-nas-escolas/

Weinhardt, L. S., Xie, H., Wesp, L.M., Murray, J. R., Apchemengich, I., Kioko, D., Weinhardt, C. B., & Cook-Daniels, L. (2019) The Role of Family, Friend, and Significant Other Support in Well-Being Among Transgender and Non-Binary Youth. *Journal of GLBT Family Studies*, 15(4), 311-325.
<https://doi.org/10.1080/1550428X.2018.1522606>

Willing, C. (2013). *Introducing qualitative research in psychology*. (3^o edition).
<http://13.87.204.143/xmlui/bitstream/handle/123456789/7276/Introducing%20Qualitative%20Research%20in%20Psychology.pdf?sequence=1>

Woolley, S. W. (2017). Contesting silence, claiming space: Gender and sexuality in the neo-liberal public high school. *Gender and Education*, 29(1), 84–99
<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/09540253.2016.1197384?needAccess=true>

Anexos

Anexo 1- Declaração consentimento informado menores de idade

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Designação do Estudo (em português):

Perceções dos Jovens Trans e dos seus Pais sobre as vivências em Contextos Escolar e Social _____

Eu, abaixo-assinado (nome completo) _____

Responsável pelo participante no projecto (nome completo) _____

_____, compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da sua participação na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que será incluído. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta satisfatória. Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada versou os objectivos e os métodos. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a sua participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal.

Foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro e de imagem) serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: ____ / ____ / 20 ____

Assinatura do Responsável pelo participante no projecto: _____

O Investigador responsável:

Nome: Rita Monteiro

Assinatura:

Rita Alexandra Teixeira Monteiro

Anexo 2- Declaração de assentimento informado

DECLARAÇÃO DE ASSENTIMENTO INFORMADO

Designação do Estudo (em português):

Percepções dos Jovens Trans e dos seus Pais sobre as vivências em Contextos Escolar e Social _____

Eu, abaixo-assinado, (nome completo do participante do estudo) _____

compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da participação na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que serei incluído/a. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada versou os métodos e objetivos. Além disso foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a qualquer momento a minha participação no estudo, sem que isso possa ter efeito qualquer prejuízo pessoal e, caso tenha decidido não avançar mais na participação após o início da mesma, todos os dados recolhidos até então serão destruídos. Foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro e de imagem) serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: ____/____/20____

Assinatura do participante no projeto: _____

O Investigador responsável:

Nome: Rita Monteiro

Assinatura: /

Rita Mariana Teixeira Monteiro

Anexo 3- Declaração consentimento informado maiores de idade

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Designação do Estudo (em português):

Perceções dos Jovens Trans e dos seus Pais sobre as vivências em Contextos Escolar e Social _____

Eu, abaixo-assinado, (nome completo do participante no estudo) _____

compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da participação na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que serei incluído. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada versou os objectivos e os métodos. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a minha participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal.

Foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro e de imagem) serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: ____/____/20__

Assinatura do participante no projecto: _____

O Investigador responsável:

Nome:

Assinatura:

Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa

Dita Alexandra Teixeira Monteiro

Anexo 4- Guião da entrevista estruturada- Jovens

O meu nome é Rita Monteiro, sou estudante do 2º ano de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde na Universidade Fernando Pessoa. No âmbito da minha Dissertação de Mestrado, estou a desenvolver, sob orientação da Professora Doutora Ana Costa, um estudo intitulado: “Perceções dos Jovens Trans e dos seus Pais sobre as vivências em Contextos Escolar e Social”. Neste mesmo projeto é utilizado o termo Trans que se refere a alguém cujo sexo e género não estão em concordância sendo que é um termo mais abrangente que engloba aqueles que têm intenção de realizar a mudança de sexo e aqueles que não têm essa intenção (Sausa, 2005). O objetivo geral do estudo é descrever as experiências e vivências de jovens trans e dos seus pais, nos contextos escolar e social.

Posto isto, segue-se a entrevista:

- 1-** Qual é a tua idade?
- 2-** Como te identificas em relação ao teu género?
- 3-** Que palavras utilizas para descrever a tua orientação sexual?
- 4-** Com que idade percebeste que a tua identidade de género não correspondia ao teu sexo?
- 5-** Que pensamentos e sentimentos surgiram nesse momento?
- 6-** De que forma é que a tua família teve conhecimento da tua identidade de género?
- 7-** Como reagiu a tua família quando soube que és Trans? Quem aceitou melhor e quem tem tido mais dificuldade em aceitar-te como és?
- 8-** A nível social, alguma vez foste vítima de algum tipo de discriminação? Se sim, descreve essa/essas situação/situações.
- 9-** Alguma vez te foi negado o acesso a algum tipo de espaço público/social por seres um/uma jovem trans? Se sim descreve essa/essas situação/situações.
- 10-** Como é ser Trans na escola que frequentas?
- 11-** Alguma vez sentiste algum tipo de violência ou preconceito em ambiente escolar? Se sim descreve essa/essas situações e como elas te fizeram sentir.
- 12-** O que te faz sentir ou não seguro na escola?
- 13-** Como é que és tratado na tua escola? Conforme o teu género atribuído à nascença ou de acordo com aquele com o qual te identificas? Como é que essa forma de tratamento te faz sentir?

14- Alguma vez pensaste em sair da escola que frequentas ou abandonar o ensino? Se sim podes descrever algumas situações que te fizeram ponderar nessa possibilidade?

15- Alguma vez sentiste, demonstraste vontade ou tiveste acompanhamento Psicológico devido à tua identidade de género? Se sim o que te fez procurar ajuda?

16- Se pudesses mudar a tua escola para que esta se tornasse mais inclusiva o que mudarias?

17- Alguma vez sentiste algum tipo de preconceito ou viveste alguma situação de violência por parte da Sociedade em geral? Se sim descreve essa/essas situações e como é que te fizeram sentir.

18- Já tiveste necessidade de ajuda (médica, psicológica, outra) por causa dessa situação/situações?

19- Tens vontade de realizar a mudança de sexo? Podes descrever o que te faz ou não ter essa vontade?

20- Se a tua resposta for positiva, já iniciaste a transição?

21- Já procuraste ajuda médica, psicológica em relação à mudança de sexo? Estás informado sobre todos os procedimentos que esta mudança requer? Podes descrever o processo tal como o conheces?

22- Que ajudas deveriam ser disponibilizadas aos/às jovens trans?

23- Como gostarias que fosse a tua escola? A tua relação com os professores? E com os pais/família?

24- O que podes/queres dizer aos /às jovens trans?

Anexo 5- Guião da entrevista estruturada- Pais

O meu nome é Rita Monteiro, sou estudante do 2º ano de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde na Universidade Fernando Pessoa. No âmbito da minha Dissertação de Mestrado, estou a desenvolver, sob orientação da Professora Doutora Ana Costa, um estudo intitulado: “Perceções dos Jovens Trans e dos seus Pais sobre as vivências em Contextos Escolar e Social”. Neste mesmo projeto é utilizado o termo Trans que se refere a alguém cujo sexo e género não estão em concordância sendo que é um termo mais abrangente que engloba aqueles que têm intenção de realizar a mudança de sexo e aqueles que não têm essa intenção (Sausa, 2005). O objetivo geral do estudo é descrever as experiências e vivências de jovens trans e dos seus pais, nos contextos escolar e social.

Posto isto, segue-se a entrevista:

1- Qual é a sua idade?

2- Como teve conhecimento que o seu filho/a é Trans? Foi a primeira pessoa a quem ele/ela contou ou soube através de terceiros?

3- Como se sentiu quando soube que o seu filho/a é Trans? Que pensamentos surgiram nesse momento?

4- Como é que a restante família reagiu ao saber da identidade de género do/a seu/sua filho/a? Sentiu se apoiado/a?

5- A nível familiar, quem aceitou melhor, quem teve mais dificuldades em aceitar e quem ainda se encontra no processo de aceitação da identidade de género do/a seu/sua filho/a? Aponte algumas razões para essas escolhas.

6- No seio familiar, o seu/sua filho/a é tratado/a de acordo com o seu sexo ou com aquele com o qual se identifica?

7- A nível social, o seu/sua filho/a alguma vez foi vítima de algum tipo de discriminação? Se sim, descreva essa/essas situação/situações.

- 8-** Alguma vez foi negado o acesso ao seu/sua filho/filha a algum tipo de espaço público/social por ser um/uma jovem trans? Se sim descreva essa/essas situação/situações.
- 9-** Como é ser Trans na escola que frequenta o/a seu/sua filho/a?
- 10-** Alguma vez tomou conhecimento de alguma situação de violência ou Preconceito vividas pelo/a seu/sua filho/a em contexto escolar? Se sim descreva essa/ essas situações.
- 11-** Alguma vez teve que se deslocar à escola ou entrar em contacto com o Diretor de turma ou Direção escolar devido a alguma situação de preconceito vivida pelo seu/sua filha/o? Se sim descreva a/as situações em questão
- 12-** Alguma vez procurou acompanhamento psicológico, devido à identidade de género do seu filho/a, para si e/ou para o seu/sua filho/a? Se sim, o que o fez procurar ajuda?
- 13-** Que ajudas deveriam ser disponibilizadas aos pais?
- 14-** Alguma vez pensou em transferir o seu filho/a de escola? Se sim descreva algumas situações que o fizeram ponderar nessa possibilidade.
- 15-** Como gostaria que fosse a escola do/da sua/seu filho/a? E a relação com os professores? E com a família?
- 16-** O Que gostaria de dizer aos outros pais que estão na mesma situação?

Anexo 6- Matrizes Conceptuais

Categoria- Ser trans

Subcategoria 1- A consciência da sua identidade de género não normativa

Unidade de Registo		Contexto
Formal	Semântico	
15 anos		“15 anos” Ana, 17 anos.
16 anos		“16 anos” José, 18 anos.
	Sentimento de diferença devido ao seu corpo e ao seu nome que existe desde sempre. O encontro de uma definição permitiu um sentimento de pertença.	“(…) Desde sempre que me sinto como um rapaz e por sua vez sempre soube que era diferente por causa do meu nome e da minha fisionomia. Porém quando comecei a puberdade, por volta dos meus 12/13 anos comecei a pesquisar e aí encontrei uma definição para o que sentia” João, 18 anos.
16 anos		“16 anos” Diogo, 18 anos.
14 anos		“14 anos” Rui, 17 anos.
16 anos		“16 anos” Inês, 17 anos.

Unidade de Registo		Contexto
Formal	Semântico	
Frustração, medo e angústia.		“ Frustração, medo e angústia ” Ana, 17 anos.
Ódio		“ Ódio (...)” José, 18 anos.
	Castigo; Medo	“(…) porquê a mim” e agora? Não me vão aceitar”. José, 18 anos.
Medo		“Quando descobri o que significava ser transexual identifiquei-me imediatamente, mas com medo de tudo o que isso implica socialmente rejeitei essa ideia (...)” João, 18 anos.
Confusão		“Me senti muito confuso . Eu passei boa parte da minha vida me entendendo como uma mulher cis e quando parei para imaginar a possibilidade de ser um

		homem trans minha vida mudou completamente. Eu estava diante de algo novo e muito surpreendente”. Diogo, 18 anos.
	Negação	“Este não sou eu” Rui, 17 anos.
Dúvida		“Muitas dúvidas”. Inês, 17 anos.

Subcategoria 2- Apoio Psicológico

Unidade de Registo		Contexto
Formal	Semântico	
Sem acompanhamento Psicológico		“ Não , [nunca tive acompanhamento Psicológico]”. Ana, 17 anos.
	Busca por ajuda e compreensão	“Alguém que compreendesse as minhas dores e me ajudasse a lidar com as lutas do dia a dia que as pessoas trans passam” [Sobre a procura de acompanhamento por situações de discriminação] “Obviamente é algo que me afeta (...) são situações que eu converso com a minha psicóloga pois de facto acaba por me dar imenso medo”. José, 18 anos.
	Apoio psicológico devido a <i>bullying</i> .	“Quando sai do armário já era de conhecimento de toda a gente que frequentava a escola que eu sofria bullying e por eu ser transexual a minha mãe queria que eu tivesse algum tipo de apoio pois ela mesma não se sentia capaz de falar comigo sobre o assunto (...)” João, 18 anos.
Apoio da Psicóloga Escolar		“(...) recorreremos à psicóloga que estaria disponível na minha escola uma vez por semana. Foi tudo falado com ela e comecei a consultar de uma hora, uma vez por semana. Esta psicóloga não tinha qualquer tipo de treino em relação a pessoas trans mas dispôs-se a pesquisar e aprender o possível para me ajudar”. João, 18 anos.

Baixa autoestima; Compreensão; Acolhimentos.		“Sim, eu já fazia terapia desde os meus 14 anos para tratar outros assuntos pessoas, como baixa autoestima . (...) Hoje continuo passando em terapia e com um psicólogo trans, o que me faz me sentir acolhido e compreendido por outra pessoa que subverteu os estereótipos de gênero”. Diogo, 18 anos.
	Ajuda na consciência identitária;	“Quando estava me entendendo como pessoa trans continuei passando por terapia e posso dizer que o papel do meu psicólogo foi fundamental para me ajudar a enxergar a possibilidade de ser uma pessoa trans”. Diogo, 18 anos
Ansiedade e Ataques de pânico		“Sim, claro. O pedido de ajuda começou por querer parar com as crises de ansiedade e pânico logo, sou ser acompanhado em Pedopsiquiatria e Psicologia no *.” Rui, 17 anos.
Tem acompanhamento Psicológico.		“ Tenho ainda [acompanhamento psicológico]”. Inês, 17 anos.

Subcategoria 3- Procedimentos relativos ao processo de mudança de sexo.

Unidade de Registo		Contexto
Formal	Semântico	
Pretende realizar procedimentos relativos ao processo de mudança de sexo.		“Sim pretendo , o que me faz sentir essa vontade é que sei que sou uma das lutadoras contra o preconceito e a transfobia”. Ana, 17 anos.
Pretende realizar transição completa; Disforia.		“Sim, muita disforia em relação a tudo, peitos, órgão genital, traços faciais femininos... Quero fazer a transição completa (...) e sim, já [inicie a transição]” José, 18 anos.

Realização de procedimentos hormonais e da mastectomia. Vontade de realizar a Histerectomia, mas não por enquanto.		“A este ponto na minha transição já estou há dois anos em testosterona e já realizei a mastectomia . Acho que irei parar por aqui. Pretendo ainda realizar a histerectomia . (...). Mas para já não quero passar pelas cirurgias de mudança genital. É um processo imensamente doloroso, implica muitos riscos e não creio que os resultados valham a penas todo esse sofrimento e risco. Caso a ciência avance e os resultados sejam algo que para mim seria mais atrativo poderei reconsiderar” “Já estou á dois anos em tratamento hormonal (testosterona) e já realizei a mastectomia á cerca de 5 meses”. João, 18 anos.
Não pretende realizar nenhum procedimento cirúrgico.		“ Não tenho desejo de fazer a cirurgia [de redesignação sexual] nem a mastectomia ” “Sim, comecei a terapia hormonal, mas não tenho intenção de fazer cirurgias (...). Diogo, 18 anos.
Pretende realizar procedimentos relativos ao processo de mudança de sexo; Sentimento de pertença a um corpo errado.		“ Sim! [pretendo realizar] Porque me sinto no corpo errado! ” “Ainda não [inicie a transição]” Rui, 17 anos.
Não pretende realizar procedimentos relativos ao processo de mudança de sexo.		“ Não [pretendo realizar procedimentos relativos ao processo de mudança de sexo]”. Inês, 17 anos.

Categoria- O jovem trans e a família

Subcategoria 1- O *coming out* no contexto familiar

Unidade de Registo		Contexto
Formal	Semântico	
<i>Coming out</i> na primeira pessoa; Aceitação familiar.		“[A minha família teve conhecimento da minha identidade de género] Através de

		mim (...)Tive aceitação de todos” Ana,17 anos.
<i>Coming out</i> através de carta; Diferentes reações familiares		“ Carta escrita por mim mandada por email (...) Quem aceitou melhor o meu tio e quem teve mais dificuldade pais e avô” José, 18 anos.
<i>Coming out</i> por carta.		“A primeira pessoa da minha família a saber foi a minha mãe, que é a minha guardiã legal. Escrevi-lhe uma carta e de noite enquanto ela dormia deixei na sua mesinha de cabeceira. Depois disso mantivemos este assunto só entre nós (...) enquanto começávamos e tentar perceber qual seria o próximo passo para eu me sentir mais feliz e confortável comigo mesmo”. João, 18 anos.
	<i>Coming out</i> para o resto da família na primeira pessoa e com ajuda da mãe.	“A próxima pessoa da minha família a saber foi a minha tia (irmã da minha mãe) (...), de seguida foram os meus avós pois vivemos com eles e achamos necessário eles saberem o que se passava pela nossa boca (...) Algures no meio disto tudo eu e a minha mãe entramos em contacto com o meu pai para lhe dizer o que se passava, pois seria melhor ele saber pela nossa boca (...)A minha mãe teve bastante dificuldade em aceitar, mas passado uns meses de choro acabou por aos poucos aceitar a ideia. O meu pai não ligou muito e no fundo não se importou nada (tendo em conta que sempre foi um pai não presente faz sentido) (...)”. ” João, 18 anos.
<i>Coming out</i> na primeira pessoa		” Contei para minha família paterna e materna ao longo do meu entendimento sobre quem eu sou e consequentemente minha transição de gênero. Contei para minha família materna primeiro (...). Logo em seguida, ao fim do meu primeiro ano de entendimento como homem trans reuni toda minha família paterna [para contar] sobre

		meu verdadeiro nome. (...) Eles me acolheram. Com certa dificuldade de entender meu gênero e usar meus pronomes, mas me acolheram e apoiaram minha decisão”. Diogo, 18 anos.
<i>Coming out</i> na primeira pessoa; Aceitação da família.		” [A minha família ficou a saber da minha identidade de gênero] Por mim , (...)No geral, toda a família aceitou bem. A minha prima * aceitou melhor e, a minha mãe tem tido mais dificuldade em deixa-me avançar com a transformação, por medo de eu sofrer!” Rui, 17 anos.
<i>Coming out</i> na primeira pessoa; Diferentes reações familiares.		“Bem os meus pais, tiveram conhecimento por mim e minha família em geral também (...). Minha família em geral não aceitou, já o meu pai, minhas primas, e minha mãe teve aquele choque ao início tal como o meu pai mas já aceitam” Inês, 17 anos.

Categoria- A sociedade e o jovem trans

Subcategoria 1- Experiências de discriminação por parte da sociedade

Unidade de Registo		Contexto
Formal	Semântico	
Piropos		“Sim, por exemplo: Quando estou na rua recebo vários piropos (...)” Ana, 17 anos.
Agressões físicas, <i>bullying</i> , insultos e comentários desagradáveis; Ameaças.		“ Agressões físicas ,bullying, insultos e comentários desagradáveis (...)No metro uns miúdos meteram se comigo e ameaçaram-me porque eu disse que era um rapaz” José, 18 anos.
Comentários desagradáveis dirigidos ao jovem e à mãe. Ameaças de agressões físicas.		“Ouvi sempre comentário infelizes na minha aldeia. Não só eu, mas também a minha mãe (...) e já me foi prometida porrada a quando uma saída noturna. Sempre tive bastante cuidado e sempre me mantive longe de lugares ou situações em que discriminação pudesse ser possível, viver assim teve esse benefício, mas pro outro lado acabei por não desfrutar da minha adolescência.” João, 18 anos.

	Uso errado dos pronomes ou nome social.	“Quando fui ao Burguer King pedi para que a atendente colocasse meu pedido no nome no masculino e ela entendeu a palavra no feminino com base na minha aparência e no meu tom de voz. Também era recorrente, antes de eu começar a terapia hormonal, desconhecidos na rua ou em comércios errarem meus pronomes e me chamarem no feminino. Tenho consciência de que sou uma pessoa trans muito privilegiada, pois isso é o mais próximo de uma transfobia que já me aconteceu.” Diogo, 18 anos.
Expulsão de casa de banho publica masculina.		“ Expulsarem-me da casa de banho masculina , na Alemanha. Em Portugal, umas "bocas" aqui e ali, mas nada que não consiga "digerir” Rui, 17 anos.
Não relata qualquer situação de discriminação social.		“ Não , [nunca fui vítima de nenhum tipo de discriminação a nível social]” Inês, 17 anos.

Categoria- Ser aluno trans

Subcategoria 1- Vivências e experiências enquanto aluno trans

Unidade de Registo		Contexto
Formal	Semântico	
Vários olhares, chacota no contexto escolar		“É complicado [ser trans na minha escola] pois recebo vários olhares sendo os mesmos bastante perturbadores (...) senti que estava a ser alvo de chacota , senti-me frustrada pois não estava a conseguir mostrar às pessoas quem eu sou (...) Já pretendi mudar de escola, como já realizei essa ação várias vezes” Ana,17 anos.
<i>Bullying</i> no 3º ciclo;		“É seguro [no entanto] do meu 7 ano ao 9. Foram anos terríveis, onde passei por bullying (agressões, esperas, insultos, esquemas para me tramarem). Sentia-me insuficiente, uma aberração (...)Ir á escola já era uma luta por saber que ia apanhar ou que me iam gozar. Faltava a algumas aulas e ia para o quarto de banho chorar (...)na [escola] anterior sim, [já ponderei sair da escola] por sofrer tanto bullying. José, 18 anos.
	Experiência positiva no ensino superior Experiências de discriminação	“Atualmente, estou na universidade e é tudo o que sempre sonhei. Não recebo comentários infelizes por parte dos meus pares ou por parte dos professores [no entanto] Ao longo do meu percurso académico existiram alguns professores que faziam questão de me fazer sentir diferente e de errar o meu nome e ou pronomes (...) Outra professora minha quando lhe foi pedido pela

	por parte dos professores.	minha diretora de turma que me tratasse pelo meu nome escolhido literalmente recusou-se e disse o na minha cara que nunca iria me chamar pelo nome que eu queria mas sim pelo nome que estava no cartão de cidadão (...) Lembro-me que na altura me sentia num circo e que eu era a atração principal. Mesmo as pessoas em questão tendo sido super compreensivas e dispostas a ajudar foi extremamente desconfortável ter que dar informação sobre a minha vida privada a tanta gente. O que me fez sentir mais seguro foi a lei da autodeterminação pois sabia que agora teria algo para me defender. (...) Antes de sair do armário, altura em que sofria mais bullying e era completamente excluído pelos meus colegas, considerei sair da escola onde estava e até cheguei a pedir á minha mãe”. João, 18 anos.
	Apoio de toda a comunidade escolar aquando o coming out	“Como me assumi trans no fim do último ano do ensino médio, solicitei o uso do nome social em chamadas e a alteração do meu e-mail da escola para o e-mail com meu nome social. Eu fui a primeira pessoa trans a fazer isso na escola em que frequentava, e recebi muito apoio de professores e da equipe escolar (...)Na faculdade, frequentar o banheiro masculino ainda me dá uns arrepios, fico pensando "e se os meninos que frequentam o banheiro descobrirem que sou trans?"” Diogo, 18 anos.
?		“Normal!” Rui, 17 anos.
?		“É mais ou menos” Inês, 17 anos.

subcategoria 2- Forma de tratamento em contexto escolar

Unidade de Registo		Contexto
Formal	Semântico	
Tratamento pelo sexo atribuído à nascença em contexto escolar.		“Sou tratado pelo o género que me foi atribuído à nascença” Ana,17 anos.
	Experiência positiva entre os pares e negativa face ao pessoal não docente.	“Em relação á turma sinto me muito bem, tratam me por aquilo que sou, em relação a funcionários alguns fazem comentários que magoam e metem se demasiado” José, 18 anos.

Tratamento pelo nome e pronomes escolhidos em contexto escolar.		” Sou tratado pelo meu nome e pronomes escolhidos , desde antes de estar oficialmente mudado no cartão de cidadão. Depois da mudança legal nunca mais foi uma preocupação, só continuou a ser um problema com aqueles professores referidos anteriormente (...) Não ter mais que me preocupar com o nome foi um alívio imenso que por sua vez me deixou mais "confortável" João, 18 anos.
	Tratamento pelo nome e pronomes escolhidos em contexto escolar.	“Quando solicitei o uso do nome social na escola todos os professores passaram a me chamar de “Diogo”, os alunos também. A diferença de tratamento me fez sentir muito mais seguro e confortável no ambiente escolar. Hoje estudar na faculdade carregando a identidade que assumi ao sair do ensino médio me faz me sentir muito livre e realizado.” Diogo, 18 anos.
	Forma de tratamento varia.	“Sou tratado como ela e como eu, dependendo do hábito e do nível de aceitação. Cada vez que me tratam por ELE, sinto-me muito melhor” Rui, 17 anos.
Tratamento pelo nome e pronomes escolhidos em contexto escolar.		“ Eles aceitam e falem os pronomes corretos ” Inês, 17 anos.

Grupo- Pais

Categoria – Ser pai/mãe de um/uma jovem trans

Subcategira 1- O *coming out* no contexto familiar

Unidade de Registo		Contexto
Formal	Semântico	
Conhecimento da identidade de género do/a filho/a através do/a mesmo/a;		“Tive conhecimento [da identidade de género do meu filho] através do meu filho, porém não fui o primeiro a quem contou (...)No início foi um choque, mas mantivemos sempre a postura para não fazer com que ele se sentisse diferente (...) [no seio familiar é] Tratado de acordo com o sexo atribuído à nascença.” Nuno, 43 anos.
Choque inicial, aceitação		
Tratamento pelo sexo atribuído à nascença no seio familiar		

<p><i>Coming out</i> do seu filho através de carta;</p> <p>Sentimento de surpresa e medo;</p> <p>Tratamento pelo nome e pronomes escolhidos no seio familiar;</p>		<p>“Ele escreveu-me uma carta e deixou-a na minha mesinha de cabeceira. Ao acordar li essa tal carta. Fui a primeira familiar a saber, mas pelo que me contou já tinha alguns amigos na internet com quem partilhavam mutuamente a experiência da transexualidade (...)Senti-me completamente sem chão. Confesso que fui apanhada de surpresa no momento. Não sabia como reagir. Estava com muito medo que o meu filho fosse assim pois isso significaria muito sofrimento para a vida dele. Muito preconceito e muitas dores de cabeça no que toca a procedimentos médicos. E no fundo também tinha imenso preconceito dentro de mim mesma contra a comunidade LGBT+ (...)No início só partilhei o que se estava a acontecer com a minha irmã mais próxima. (...) (...) Em todos os momentos, mesmo quando falamos dele no passado quando não teria saído do armário. Sempre respeitamos o seu nome e pronomes atuais”. Maria, 42 anos.</p>
	<p>Ajuda ao filho no processo de <i>coming out</i> para a restante família.</p> <p>Diferentes reações a nível familiar</p> <p>Ajudas no âmbito da informação e apoio psicológico</p>	<p>“Depois passado algum tempo quando me sentia mais segura comecei a prepara o meu discurso e vocabulário, com a ajuda do meu filho, para poder confrontar as pessoas que eu sabia que não iriam aceitar de todo o meu filho. Ele tinha muito medo de se chegar á frente e ser ele mesmo a sair do armário para cada pessoa por isso tomei a responsabilidade de o fazer, para o seu conforto e proteção. A maioria dos familiares foram muito resistentes no começo, mas depois de conversarmos e de eu basicamente forçar e impor o conceito de o meu filho ter mudado acabaram por aceitar. Uns mais rápido que outros. Quem não aceitou e até hoje desrespeita o meu filho nós já não mantemos qualquer tipo de contacto [no seio familiar] Informação sobre os processos de transição, apoio psicológico, meio de sabermos como falar com os nossos filhos sobre transexualidade para aprendermos a lidar com tanta mudança repentina ou para sabermos conversar sobre o assunto e percebermos melhor como ajuda-los nesta jornada.” Maria, 42 anos.</p>
<p>Conhecimento da identidade de género do filho através do mesmo;</p> <p>Apoio familiar;</p>		<p>“Ele me contou [eu e a restante família] apoiamos [Aos pais deveriam ser dadas ajudas como:] Apoio Psicológico”. Alice, 35 anos</p>

Ajuda no âmbito do apoio Psicológico;		
	Medo do preconceito de outras pessoas.	“[no momento do coming out o pensamento recaiu] no preconceito de outras pessoas. “Alice, 35 anos.
Conhecimento da identidade de género do filho através do mesmo e da percepção própria; Sensação de perda e medo; Opiniões variam no seio familiar; Processo de adaptação no tratamento de ela para ele.		Através dele e da minha percepção , enquanto mãe e Socióloga (...)Senti de imediato que perdi a minha filha, para ter mais um filho homem. sensação de perda e, ao mesmo tempo, de medo por saber que a sua transição seria dolorosa e longa. Nenhuma mãe gosta de ver um filho sofrer [na restante família] As opiniões variam , no início. Ser lésbica é bem mais fácil de aceitar, do que ouvir: sou TRANS [no seio familiar] Ainda está no processo de adaptação, esse tratamento de ELA para ELE!
	Apoios no âmbito da informação, apoio psicológico e tratamentos gratuitos.	[Aos pais deveriam ser dadas ajudas como:] Esclarecimentos ao nível do processo transitório, acompanhamento psicológico de grupo, tratamentos gratuitos e céleres.” Cátia, 55 anos.

Subcategira 2- Acompanhamento psicológico.

Unidade de Registo		Contexto
Formal	Semântico	

Sem acompanhamento Psicológico		“ Não [nunca procurei acompanhamento Psicológico nem para mim nem para a minha filha]. Nuno, 43 anos.
Procura de acompanhamento para o filho, mas não para si própria.		“ Para mim nunca, mas para o meu filho sim. Ele sempre me disse que era bom eu ter acompanhamento psicológico porem com as nossas condições financeiras mal conseguimos que ele frequente um psicólogo por isso os dois juntos seria impossível” Maria, 42 anos.
Sem acompanhamento Psicológico		“ Não [nunca procurei acompanhamento Psicológico nem para mim nem para a minha filha]”. Alice, 35 anos.
Procura de acompanhamento para o filho;		“ Para a minha filha/o, sim. Para mim, mais a questão da ansiedade já habitual que me levou às consultas de Psiquiatria, mas que nada teve a ver com a sua situação sexual”. Cátia 55 anos.

Categoria- Ser trans na sociedade e na escola

Subcategoria 1- Perceção dos pais sobre experiências e vivências dos/as seus/suas filhos/as enquanto jovens e alunos trans.

Unidade de Registo		Contexto
Formal	Semântico	
<p>Sem conhecimento de situações de discriminação quer na escola quer na sociedade;</p> <p>Ponderação em mudar a filha de escola.</p>		<p>“Que eu saiba não [nunca foi vítima de discriminação por parte da sociedade, a nível escolar] Não [nunca tomei conhecimento de nenhuma situação de violência ou preconceito, no entanto, já ponderei mudar a minha filha de escola] pois reparava que não tinha motivação para ir à escola. Nuno, 43 anos.</p>
	<p>Sem conhecimento de situações de discriminação no contexto social;</p> <p>Ironia face às experiências na escola secundária do filho.</p> <p>Experiências de bullying antes do coming out e nas primeiras fazes do mesmo.</p>	<p>“Infelizmente sei que ele não partilha comigo essas situações pois como ele mesmo diz "Não te quero preocupar" Mas sei que esta sociedade é muito cruel [a nível escolar]. Felizmente a escola secundária do meu filho foi sempre espetacular com a situação. Creio que toda essa "bondade" veio da saída da lei da autodeterminação e fizeram-no com o interesse de boa publicidade para a escola pois soubemos do caso de um rapaz trans que teria acabado o ensino secundário e que lhe teriam sido negados os uso do nome correto ou de um balneário seguro e confortável. O meu filho teve acesso a isso tudo. Na escola anterior a essa foi bastante complicado com professores e com a direção da escola pois foi bem antes de qualquer tipo de legislação ou exposição nos media deste tipo de situação. Agora na faculdade ninguém tem conhecimento da transexualidade dele por isso penso que nenhum problema tenha surgido em relação a isso (...) sofreu bastante bullying antes de sair do armário e nos primeiros tempos de mudança de corte de cabelo e roupas. E foi precisamente nesse tempo em que tomei conhecimento e fui á escola falar sobre isso (...) após saber dessa situação de bullying ele mesmo me pediu para mudar de escola porque também queria "começar de novo" num lugar onde ninguém o conhecesse pré transição. Considerei essa opção mas por dificuldades de transporte para essa tal escola nova e por isso prejudicar o seu percurso escolar essa opção acabou por ser posta de parte”. Maria, 42 anos.</p>
<p>Sem conhecimento de situações de discriminação</p>		<p>“Não [nunca foi vítima de discriminação por parte da sociedade ou a nível escolar] Não, [nunca tomei conhecimento de nenhuma situação de violência ou preconceito] “ Alice, 35 anos.</p>

no contexto escolar e/ou social.		
	<p>Situação de discriminação em contexto social.</p> <p>Sem conhecimento de situações de discriminação no contexto escolar e/ou social.</p>	<p>“[a nível social] Assisti a uma situação na Alemanha, que não me agradou! Um idoso praticamente o empurrou da casa de banho masculino, uma vez que se apercebeu que era uma menina [a nível escolar, a identidade de género não normativa do meu filho] Não choca, até porque é gerida por duas psicólogas que conseguem explicar situações, esclarecendo os restantes alunos, ajudando-os a integrar-se no meio dos hétéros.” Cátia 55 anos.</p>

Anexo 7- Parecer Comissão de Ética



Universidade Fernando Pessoa

*Da continuação à aluna e
orientador(a).*

[Handwritten signature]
21.07.2022

Exmo. Senhor
Prof. Doutor Pedro Reis
Diretor da FCHS

Nº	Data
FCHS/PSC – 314/22-2	19 de Julho de 2022

Exmo. Senhor Professor Doutor,

A Comissão de Ética apreciou a ressubmissão do projeto de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, apresentado por Rita Alexandra Teixeira Monteiro, intitulado "Jovens Trans em Contexto Escolar: Perspetiva dos Pais e dos próprios".

Atendendo às respostas dadas aos aspetos colocados em relação ao projeto de investigação, a Comissão de Ética considera que nada tem a opor quanto à realização do mesmo.

Em relação ao local onde o estudo será realizado, relembra-se apenas a importância de garantir a privacidade dos entrevistados durante a recolha de dados, para além do referido no subponto 2.5. do Projeto.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente da
Comissão de Ética da UFP

Inês Lopes Cardoso
Inês Lopes Cardoso



Fundação Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"

N.º 11. 633 307 633 - Reg. Comercial nº 26 Conservatória do Registo Comercial do Porto

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA/ISTORIE: (FACULDADE DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS); (FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS)

Praga 8 de Abril, 349 - 4249-004 Porto - Portugal - T. +351 22 567 1589 - www.ufp.pt - geral@fundacaofernandopessoa.pt

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (Rua Carlos da Maia, 336 - 4200-350 Porto - Portugal - T. +351 22 567 4833

ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE FERNANDO PESSOA

Rua D. Afonso M. 336 - 4200-353 Porto - Portugal

T. +351 22 569 8371 - geral@essa.fernandopessoa.pt